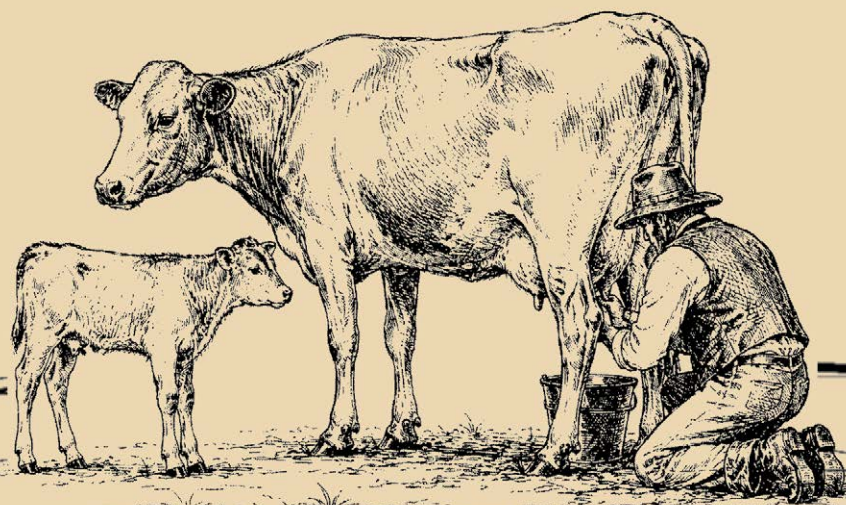


POBREZA RURAL NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Diana Mendonça de Carvalho
José Eloízio da Costa
Anny Karollainy da Silva Lisboa
Lucas Santos Costa



Criação Editora

POBREZA RURAL NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

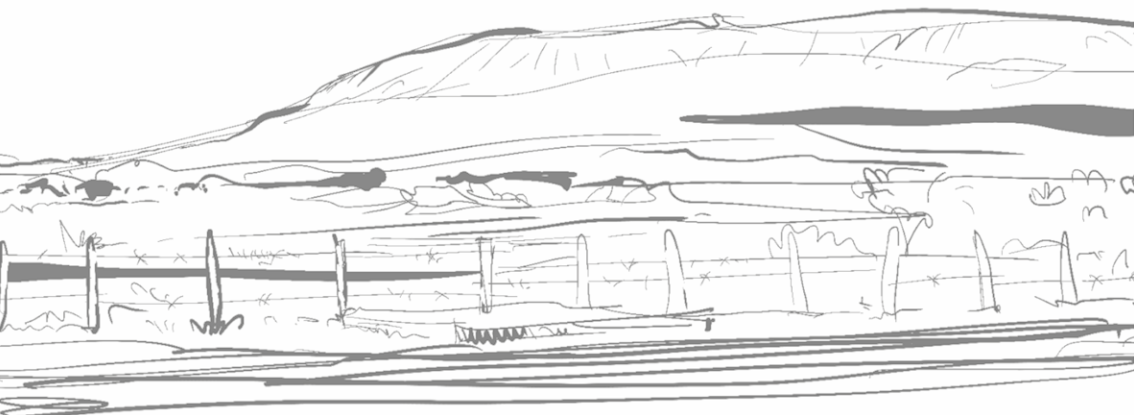
AUTORES

Diana Mendonça de Carvalho
José Eloízio da Costa
Anny Karollainy da Silva Lisboa
Lucas Santos Costa

ISBN 978-85-8413-778-7 (Digital)
ISBN. 978-85-8413-776-3 (Impresso)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Fábio Alves dos Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Jodeylson Islony de Lima Sobrinho
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza



POBREZA RURAL NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

Diana Mendonça de Carvalho
José Eloízio da Costa
Anny Karollainy da Silva Lisboa
Lucas Santos Costa



Criação Editora
Aracaju | 2026

Copyright © 2026 by autores

Editoração eletrônica e capa:
Adilma Menezes

Ilustração:
Gladston Barroso

Correção gramatical:
Daniela Mendonça de Carvalho

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Isadora Pelosi CRB-8/11448

C331p Carvalho, Diana Mendonça de
 Pobreza rural no território do alto sertão sergipano
 / Diana Mendonça de Carvalho...[et al.].- Aracaju, SE:
 Criação Editora, 2026.
 108 p. ; 21 cm
 ISBN. 978-85-8413-778-7

1.Pobreza rural – Sergipe. 2. Alto sertão – Sergipe. 3.
Agricultura – Sergipe. I. Costa, José Eloízio da. II. Lisboa,
Anny Karollainy da Silva. III. Costa, Lucas Santos.

CDU: 911.3:363(813.7)

APRESENTAÇÃO

A presente publicação é produto de uma pesquisa sob a coordenação da Profa. Dra. Diana Mendonça de Carvalho, do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe – Campus de Itabaiana/SE, financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec/SE). A pobreza rural é um tema complexo e multidimensional, e neste caso específico tomou-se como recorte empírico o Alto Sertão Sergipano. Dentro deste contexto, o interesse da autora e sua equipe de pesquisadores foi analisar a questão e construir uma agenda de estudos, que se faz necessário para o estado de Sergipe.

A autora constrói seu estudo com uma metodologia analítica interessante, transitando entre: 1- Revisão Bibliográfica, que navegou entre referências que definiam significantes e significados para entender o quadro da pobreza rural no Alto Sertão Sergipano. E, 2- Dados secundários, extraídos de publicações institucionais como o Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de Ministérios que atuam no segmento agrário e rural, e mais relevante, de trabalho de campo para a obtenção de dados primários, como forma de mensurar a questão da pobreza rural.

Os resultados dessa metodologia mostraram um quadro menos preocupante, mas que não deve ser subestimado, pois a pobreza rural ainda é uma realidade e merece ser combatida. Não necessariamente na dimensão efetiva lograda em tempos históricos recentes e combatida pelos conhecidos programas sociais, que reverberam no combate à pobreza, mas no potencial obser-

vado numa atividade econômica tradicional do território e que, em nossos dias tem crescido com resultados relevantes: a produção leiteira, em especial entre os agricultores familiares. E nesse entendimento, pode se transformar em uma alavanca na construção da autonomia socioeconômica dos mais pobres rurais do Alto Sertão Sergipano.

No mesmo sentido, podemos advertir que a melhoria, mesmo que relativa, das condições de vida dessa população rural, pode enfrentar contradições enquanto processo social rural, face a um conjunto de fatores de certa forma instáveis. Um primeiro fator seria a monotonia da produção, exclusivamente leiteira, sem qualquer diversificação produtiva, contrariando a base produtiva da agricultura familiar. Aspecto que cria uma suposta crise de mercado leiteiro, em especial na comercialização de seus derivados, que são transformados em laticínios da região. Deste modo, o resultado seria a queda do preço do leite para o produtor e o seu aprofundamento, gerando exclusão de pequenos e médios agricultores na cadeia produtiva, afetando economicamente toda a região.

Um segundo fator é a falta de uma proposta institucional enquanto política estadual do segmento do leite, que limitasse as empresas beneficiadoras no domínio do mercado da matéria-prima no território. Esta condição tem afetado, principalmente, as assimetrias dos preços entre os pequenos e grandes produtores, vez que esse último segmento sempre agrega mais vantagens ao fornecerem maior volume do produto. Fato que torna insuportável a sobrevivência de pequenos agricultores familiares produtores de leite no Alto Sertão. Soma-se aqui as dificuldades destes agricultores em acessar crédito, que beneficia principalmente produtores de milho no território e na região do agreste. Podemos destacar também, como tradicional esse fenômeno social.

O que temos como referência, e isso foi apresentado na pesquisa, é que os programas sociais e as políticas de transferência de renda têm grande importância na vida dos agricultores familiares mais pobres. Ainda assim, como destacamos em epígrafe, a produção do leite e a integração nessa cadeia produtiva, tem sido uma boa alternativa à reprodução dessas famílias, claro, para curto e médio prazo e, isso foi refletido na pesquisa de campo realizada.

Destarte, enumeramos três indicadores relevantes extraídos do estudo. O primeiro a ser destacado tem caráter surpreendente - trata-se da afirmação dos atores sociais quanto a existência de “boa condição financeira” junto à família. Ou seja, a renda constituída por programas sociais, aposentadoria rural e renda produzida da própria unidade familiar de produção são suficientes para a sobrevivência da família dos pequenos agricultores. A segunda, e isso já era esperado, é que a quase totalidade dos questionados realizam as três refeições diárias. Nada mais justo. A diferença é a variedade dos cardápios, mostrando uma boa nutrição dos agricultores familiares. E, a terceira, mesmo que seja de natureza subjetiva, é que os entrevistados afirmaram que nos últimos anos sua condição de vida melhorou.

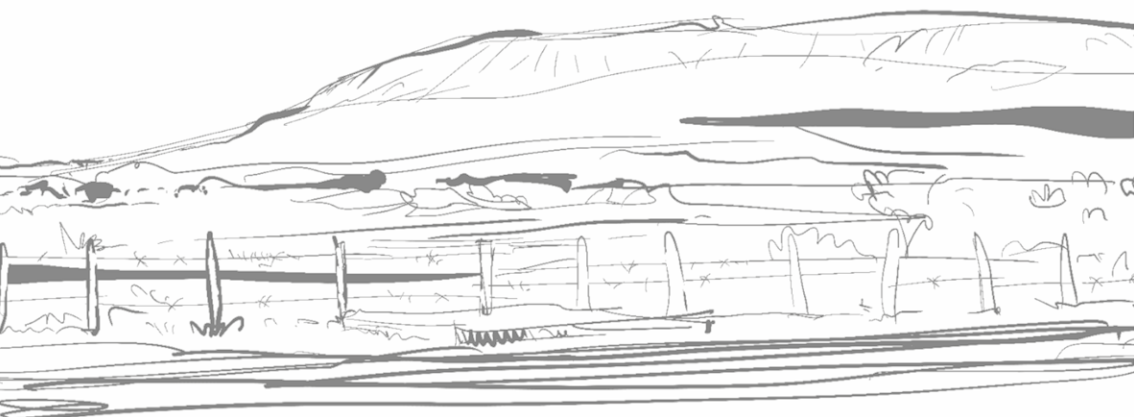
Pelos termos dos resultados do estudo, não pudemos iludir que a pobreza no espaço rural foi superada, mas a pesquisa realizada aponta uma realidade que paulatinamente está mudando no campo do sertão sergipano. E a contribuição desse estudo se torna relevante, dentro de uma agenda de pesquisa, que precisa ser contínua.

Aracaju/SE, junho de 2026.

Prof. José Eloízio da Costa

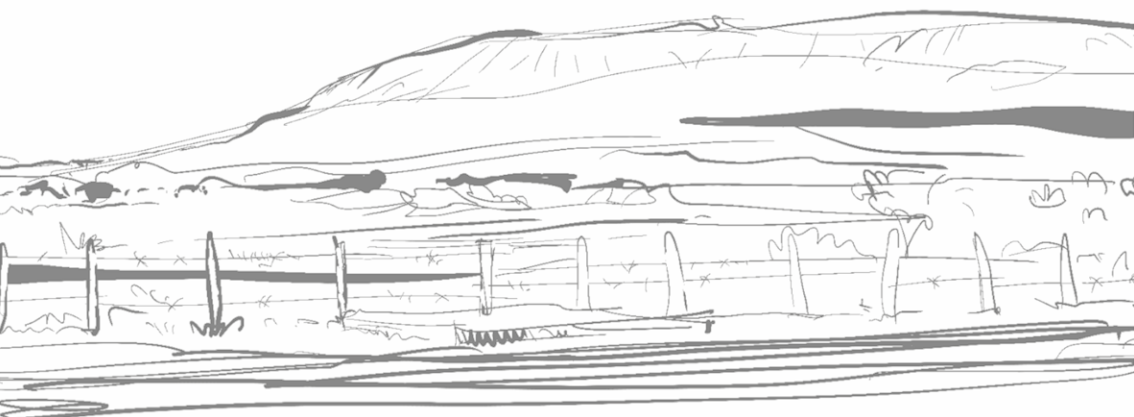
Departamento de Geografia/São Cristóvão

Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFS



SUMÁRIO

	Apresentação	5
	1 Introdução	11
	2 Espaço E Território Como Alicerce Para A Análise Da Pobreza Rural	19
	3 A Pobreza Rural: Significados E Significantes	23
	4 A Pobreza Rural No Brasil: o caso nordestino A pobreza rural em Sergipe	31 39
	5 Território Do Alto Sertão Sergipano	51
	6 A condição da pobreza rural pelos olhos do Agricultor familiar sertanejo em Sergipe	73
	Considerações Finais	92
	Referências Bibliográficas	101



1

INTRODUÇÃO

O espaço não é uma condição unitária, mas sim diversa, pois se constitui de inúmeros elementos que o define e o distingue de outros. Nesta lógica, ao transformar o espaço conforme sua vontade, o homem o torna geográfico. O espaço geográfico reflete múltiplos tempos e múltiplas ações, em um mesmo local, de acordo com condições e circunstâncias humanas.

Para Carlos (2001), o espaço geográfico é fundamentado na acumulação histórico-cultural das ações humanas. Assim, é analisado como “[...] a ação humana consciente que transforma a natureza em espaço geográfico e ao produzi-lo, produz o homem e as relações com os outros homens” (Carlos, 2001, p.16). Aspecto que demonstra ser o trabalho humano o mediador da construção desse espaço, mediante necessidades, mas também por ação dos padrões de consumo interpostos à sociedade. Logo, o espaço geográfico “[...] se reproduz como realização da virtualidade do capitalismo de realizar-se expandindo-se pelo planeta, como estratégia de dominação das condições necessárias à sua reprodução continuada” (Op. Cit., p.16).

A reprodução espacial mediante a lógica capitalista se reflete na condição da pobreza rural, ao definir quais os espaços serão aptos a (re) produção de determinado alicerce de poder. Isto é, o espaço enquanto materialização da totalidade do processo histórico de ação humana traz em si predefinições, ao tempo que pode promover novas relações espaciais e funcionais, condicionando valor de troca, enquanto mercadoria, e local da reprodu-

ção humana. Fato bastante visível nas novas funcionalidades do mundo rural, que recriou no Alto Sertão Sergipano estruturas produtivas na agricultura e funcionalizou o beneficiamento do leite e do milho, que se voltam a agroindústria local e regional. Deste modo, o espaço geográfico reflete a reprodução humana de forma imediata, mas ressignificando a condição histórica.

Neste contexto, a construção dos espaços regionais, enquanto política territorial perpassa a absorção do sentido de território e de Estado. O território sendo um conceito basilar no discurso geográfico, inicialmente apresentado por Ratzel, no momento de legitimação do Estado Alemão, a partir da inter-relação de forças do Estado, ente institucional; e o espaço físico, isto é, o território a ser explorado. De influência naturalista, o território de Ratzel, é entendido como espaço de concretização da vida humana, em que solo e terra são fundamentais a sobrevivência de todo domínio do Estado (Moraes, 1990).

Em sua evolução analítica, o território passa a corresponder as relações de poder presentes nas relações econômicas, políticas e culturais, presentes no contexto social. Isso porque as relações de poder são distintas e extrapolam a ação do Estado, pois envolvem outros aspectos da vida em sociedade, integrando inclusive ideias de justiça e liberdade. Diante disso, o território excede a ideia de fronteiras, ao focar usos, controle social e dimensão econômica. Assim, o território, ao ser usado pela população, comporta identidade, que se fundamenta nas relações de trabalho estabelecidas no espaço. Por conseguinte, concorda-se com Santos (2001, p. 97), que o território

[...] não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a

população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais, e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi [...].

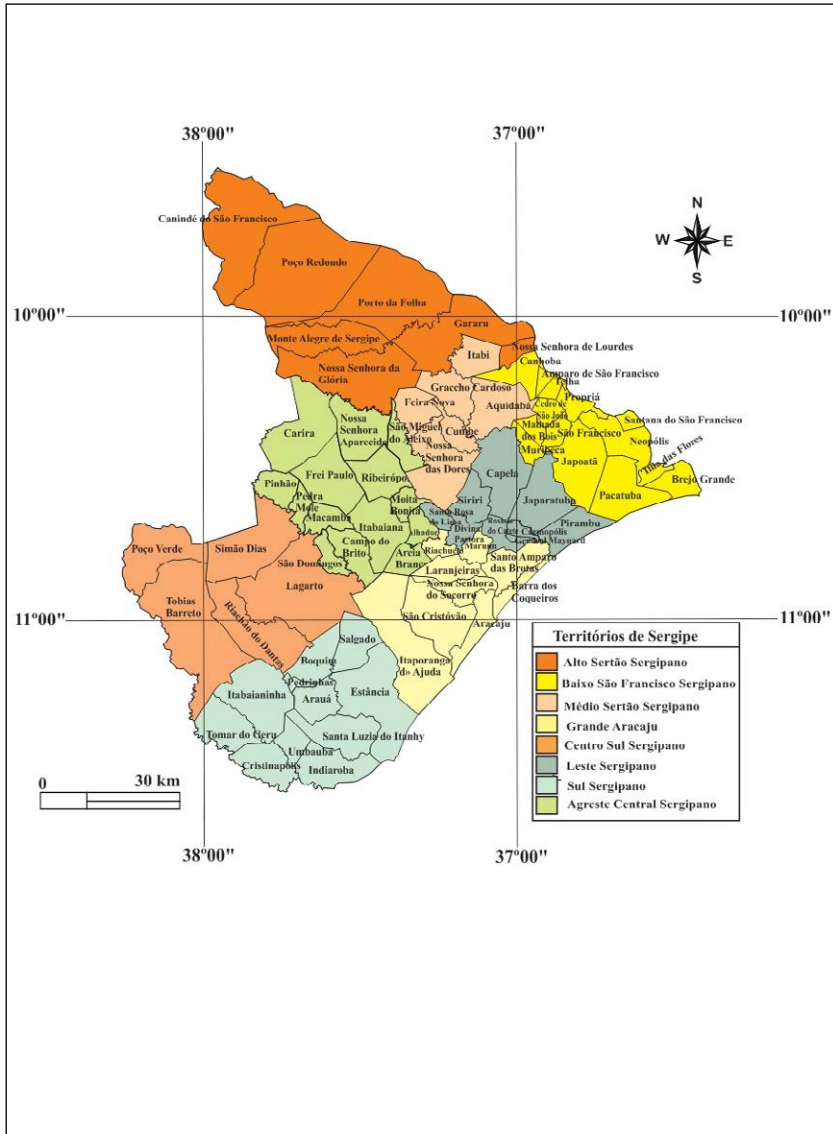
Nessa acepção, apesar de não ser o foco principal desse trabalho, o Desenvolvimento territorial deve ser compreendido a partir das análises tecidas por Araújo (1999), quanto ao descendiamento político de desenvolvimento regional no Brasil na década de 1990, em consonância com as práticas neoliberais de corte de gastos, abertura comercial, programas de estabilização e reformas na ação do Estado. Por esse contexto, Araújo (1999, p. 146) deixa claro que ao entregar as decisões econômicas, tecidas anteriormente pelo Estado, ao mercado “[...] a dinâmica regional tende a exacerbar seu caráter seletivo, ampliando fraturas herdadas. Tende a desintegrar o país”. Pelas análises tecidas, a autora que em 2003, chefiara a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (MI), formula a política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que vem a ser institucionalizada mediante o Decreto no 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. O intuito dessa política era retroceder as desigualdades regionais existentes e valorizar as potencialidades internas existentes nesses lugares.

Nesse contexto, surge a questão territorial/regional e a retomada das Superintendências Regionais mediante ação do Ministério da Integração Nacional (MI). Todavia, é sabido que essa ação não angariou a totalidade do objetivo proposto, que era o enfrentamento das desigualdades regionais brasileiras em virtude de vícios que se fizeram históricos na política nacional. Em que pese, no Nordeste brasileiro, essa ação foi adotada como forma de amenizar as disputas de poder local, que agregavam in-

fluências históricas e a lógica clientelista, assim como, enfrentar as desigualdades na perspectiva de desenvolvimento econômico local. Todavia, os contrastes de interesses oligárquicos e a política territorial não tiveram êxito pretendido na sua totalidade e no presente momento é subsidiado pelo Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (Brasil/PRDNE, 2023).

Dentro desse contexto histórico, a construção dos espaços regionais em Sergipe, enquanto política territorial do Estado, ocorreu em 2007, fundamentada na integração de municípios com aspectos históricos, geoambientais, econômico-produtivos e de identidade cultural comuns (Figura 01). Nesse contexto, o Alto Sertão Sergipano, enquanto foco de pesquisa, é constituído por 7 municípios que guardam em si a condição histórica de dependência e subordinação ao contexto de ocupação territorial do país, considerando que sua condição natural respalda a “funcionalidade da pobreza”, justificada na instalação de latifúndios agropastoris, na sedimentação de uma estrutura social rígida e excludente, com fraca capacidade geradora de renda, alta conexão com programas transferidores de renda e baixa ação do Estado na promoção de melhorias na condição de bem estar social.

Figura 01 – Territórios Sergipano (2007)



Destarte, é salutar analisar a pobreza rural nos territórios de Sergipe, diante das condições socioeconômicas das pequenas unidades produtivas familiares. Essa temática tem sido discutida junto ao Grupo de Pesquisa sobre transformações no Mundo Rural da Universidade Federal de Sergipe (GEPRU/PPGEO/UFS), vez que a pobreza não tem forma única e universal. Essa se fundamenta nas situações de carências e privações pelas quais podem passar o indivíduo (SEN, 2000). Aspecto comumente já demonstrado por Castro (2022), ao referendar que a fome no Brasil tem caráter estrutural, perfazendo um fenômeno social, econômico e político, que advém, desde muito, da inabilidade do elemento colonizador, que indefere de tudo que não signifique vantagem para os seus planos de aventura mercantil (Castro, 2022). Esse aspecto é atestado também por Oliveira (2008), quando trabalha a condição dialética dos conflitos de classe integradas à interferência política e econômica na diferenciação regional, sobretudo na região Nordeste do país, que historicamente tem sua massa populacional subordinada às demandas do capital internacional e, que, conseqüentemente desprezam as necessidades sociais.

Neste quadro, a pesquisa se justifica no fato da pobreza rural, juntamente com a questão da fome, ainda ser um tema silenciado de forma premeditada “[...] pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram [...] tema proibido ou pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente (Castro, 2022, p. 18). O Josué de Castro, desde a primeira edição da Geografia da Fome (1946), deixa evidente que a fome, e por consequência a pobreza, não são temas convenientes a interesses econômicos e políticos, evidenciando que os mesmos só são visualizados nos pós guerras mundiais e na Revolução Russa de 1917, ocorrida dentro de um contexto de

quase 12 milhões de russos em pobreza extrema e em estado de fome. Fato que dimensiona a problemática da fome “aos olhos do mundo”, mas, não os refletem dentro da condição mercadológica, sobretudo nos países agroexportadores, que se subjugam as demandas valorativas do capital internacional ao invés de observar suas demandas internas e sanar as privações sociais.

Por essa perspectiva, a pesquisa foi desenvolvida no viés empírico-analítico com subsídios quali-quantitativos para comprovação de que a pobreza se mantém como problema de lógica estrutural, que é demandada por políticas públicas específicas em termos de base: socioeducativa, saúde, infraestrutura e econômica. No tocante à base qualitativa, o trabalho conta com fundamentos de Castro (2022), Furtado (2007), Lacerda (2012) e Nascimento (2025), entre outros. A revisão qualitativa está embasada sobretudo em Castro (2022), Freire (1977), Furtado (2007 e 2014), Nunes (1989), Prado Júnior (1963), Santos (2006) e Sen (2000), demonstrando que a pobreza não é algo novo, mas algo que persiste. Além disso, esses demonstram que a pobreza é uma retórica de poder político de subjugo às camadas sociais menos favorecidas, mesmo diante de políticas sociais, que se tornam clientelistas e compensatórias. Deste modo, a condição de bem-estar-social não é plena, mas há paliativos, que precisam ser revistos com políticas públicas que combatam as condições de privações e liberdades.

Em termos quantitativos, a pesquisa contou com observações quantitativas junto aos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1970, 2017 e 2024), sem desconsiderar dados institucionais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2024) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS, 2024), que possibilitaram a construção de tabelas, gráficos e espacialização a partir do uso de softwares como: Excel (2025),

Corel Draw (2025) e Phicartor (2023). Ademais, foi realizado trabalho de campo em três municípios (Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha) que tiveram destaque quantitativo junto ao cadastro do CadÚnico, tecendo-se observações e aplicação de 60 questionários estruturados, de forma aleatória, junto a agricultores municipais em variados povoados, com o objetivo de examinar as condições multidimensionais que refletem a situação de liberdades individuais e familiares no enfrentamento das privações multidimensionais (Sen, 2000). Isso porque,

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins (SEN, 2000, p. 112).

Nesse quadro, o trabalho se organiza em seções que perpassam a análise teórica da pobreza rural, sem deixar de contemplar estudos sobre as categorias geográficas, espaço e território. Em seguida, apresentou-se a fundamentação teórica quanto a pobreza rural e suas condicionantes no nordeste brasileiro. Posteriormente, apresenta-se a condição da pobreza rural no Alto Sertão Sergipano. Além da introdução e das considerações finais, que compõem a estrutura totalizante do presente resultado de pesquisa.

ESPAÇO E TERRITÓRIO COMO ALICERCE PARA A ANÁLISE DA POBREZA RURAL

O espaço geográfico é constituído por sistema de objetos e ações criados e orientados pelo homem sobre a natureza (Santos, 1997), ou seja, o espaço é reflexo de objetos que se relacionam e permitem concretizar ações projetadas pelo homem. Segundo o mesmo, “[...] o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais” (Santos, 1997, p.71). Ele é resultado de uma junção quase perfeita entre a configuração territorial¹, a paisagem e a sociedade². É considerado uma totalidade verdadeira, porque resulta da integração da sociedade sobre um recorte espacial.

O espaço geográfico é também produto histórico-social, pois agrega nele marcas das formas como a humanidade se relacionou com a natureza, sobretudo diante dos processos produtivos. Neste contexto, a [...] ação humana consciente que transforma a natureza em espaço geográfico e ao produzi-lo, produz o homem e as relações com os outros homens. [...] o homem transforma a natureza, humanizando-a, apropriando-se dela e incorporando-a ao seu universo (Carlos, 2001, p.16).

¹ Segundo Santos (1997, p.111), a configuração territorial é um conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos sistemas de engenharia.

² Para Santos (1997), a sociedade é uma classe visualizada na dinâmica social ou nas relações que definem a sociedade de determinado período, a partir de variáveis econômicas, culturais, políticas, etc.

Para Lefebvre (1991), o espaço deve ser analisado através de três dimensões, a saber: o percebido, o concebido e o vivido. A partir disso, o 1-Percebido é visualizado como representação das práticas espaciais, que envolvem as relações sociais de produção. 2- Concebido é avaliado como representação do espaço, que integra a relação de produção e da ordem, quase sempre a serviço da estratégia hegemônica. E, 3- Vivido representa a dimensão concreta e abstrata, materializada no real e no imaginário, formando os espaços de representação.

Diante disso, o espaço é reflexo de processos socialmente construídos, que se iniciam pela apropriação da natureza e por sua dominação. Desta forma, o espaço geográfico é resultado da relação homem-natureza, sendo produto das relações sociais, determinada pela formação econômica da sociedade. Entretanto, ao tempo que é produto, também se faz condição e meio do processo de reprodução social. Logo, o espaço é a totalidade, sendo que

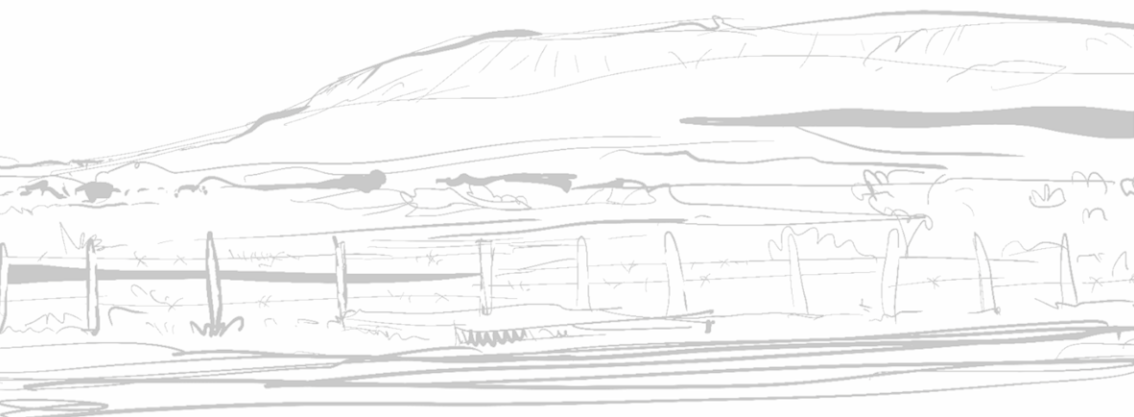
[...] constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (Santos, 2008, p. 67).

Por essa perspectiva, Santos (2002) trabalha o território, enquanto categoria de análise geográfica, como conceito que trata dos processos de produção do espaço a partir da prática social. Deste modo, o território deve ser compreendido como apêndice

da história humana, pois guarda em si as experiências concretas e as relações sociais estabelecidas, mesmo que em condições de fronteiras difusas e voláteis. Isso porque, o território não é estático, mas espaço onde ocorre as transformações técnicas, econômicas, políticas e culturais que definem uma sociedade.

Para o autor, o território é “[...] o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. (Santos, 2002, p. 9). Nessa concepção, o território ganha a referência de espaço usado, em que sistemas de objetos (fixos) e de ações (fluxos) produzidos pela sociedade perfazem espaço de vida, cultura e história, demarcados por relações sociais. Assim, o território não pode ser refletido como fronteira político-institucional, mas como espaço de vivência e de solidariedade, como também de contradições, conflitos e disputas, assentado na globalização pelo Meio Técnico-Científico-Informacional. Diante da sua práxis teórica, Santos (2002) demarca que o território é marcado por contradições interpostas por fluxos globais, com reflexos na condição local, a partir de resistências.

Nesse sentido, o conceito de território é adotado em meio as políticas estatais de planejamento, embasando contribuições da Geografia, no intuito de vencer as desigualdades socioespaciais, de sanar problemas na promoção de políticas públicas e de promover dinâmicas políticas e econômicas. Nesse viés, o espaço do território do Alto Sertão Sergipano será trabalhado, mediante a análise da pobreza rural, num contexto concreto, avaliando a forma como a sociedade interage com seu local de vivência, considerando os processos, formas, função e estrutura. Isso por que, a pobreza rural não é algo natural, mas sim, uma construção social, na ordem lógica de segregação dos espaços em termos capitalistas (Carlos, 2001 e Santos, 2006).



A POBREZA RURAL: SIGNIFICADOS E SIGNIFICANTES

A conceituação da pobreza não é algo simplório, pois é um termo com diversas conotações. Segundo o Rocha (1996, p. 481), a pobreza referenda “1. Estado ou qualidade de ser pobre. 2 Falta do necessário à vida; penúria; escassez. 3 A classe dos pobres. Além de refletir informações complementares, como sinônimos: “carência, dureza, mendicidade, miséria, necessidade, penúria, privação.”

Por essa definição, a pobreza perfaz um termo de difícil compreensão, pois remonta a variadas condições que afeta milhões de seres humanos em todo o mundo, manifestada em diferentes formas de privação de recursos essenciais à sobrevivência. A presente condição é demarcada na falta de acesso a serviços básicos, como alimentação suficiente, saúde, educação e moradia, assim como na vulnerabilidade econômica, na exclusão social e na limitação de oportunidades de desenvolvimento humano (SEN, 2000). Por conta disso, a pobreza é também manifesta na escassez de alimentos, de trabalho e de proteção social. Em consonância, a miséria aparece, não como algo novo, mas como uma decorrência da lógica capitalista de desenvolvimento.

Oliveira em Redenti (2012), demonstra não haver ainda consenso na definição do que seja pobreza. Mas esse aspecto pode ser visualizado nas privações das necessidades essenciais, assim como, no caráter subjetivo quanto as insatisfações dessas necessidades. Por isso, a definição da condição de pobreza se tor-

na curioso, pois agrega políticas públicas desde o século XVIII, e também, controvérsias, no sentido de aferir ao fenômeno diferenças interpostas no tempo e no espaço, que contribui para a comparação das “[...] origens, causas e características da pobreza [...]” (Op. Cit., 2012, p.32).

A pobreza pode ser refletida ainda, como resultado da evolução da sociedade de classes, principalmente na oposição entre os detentores de poder (político e econômico), os trabalhadores e aqueles que não são absorvidos na lógica do sistema (Lacerda, 2012). Isso é evidenciado já em 1388, quando a monarquia britânica institui a “[...] Lei dos pobres (Poor Law Act), considerada como uma das primeiras políticas sociais implementadas no mundo” (Lacerda, 2012, p. 206). Essa política, no entanto, seria mais privativa do que auxiliar, pois visava apenas limitar as tensões que estavam surgindo. Esta lei foi reformulada em 1834, distinguindo pobres e indigentes, passando a assistir as pessoas totalmente desestruturas de condições de sobrevivência, a fim de evitar danos na oferta de mão de obra a atividade industrial iniciante. A partir disso, surge a necessidade de determinar o valor mínimo nutricional para a sobrevivência.

Nesse período do século XIX foram disseminados estudos científicos sobre a pobreza humana, renegando a decodificação da pobreza a condição de preguiça, da indisposição ao trabalho, do mau caráter do indivíduo, entre outras características. Neste contexto, a pobreza passa a ser visualizada de forma utilitarista, via condições de subsistência dentro da perspectiva de políticas econômicas e sociais, que balizaram o assistencialismo por parte do Estado, em prol do acesso as demandas de mercado.

No Brasil, a determinação da pobreza tem sido definida a partir dos índices nutricionais, mediante critério posto pela política do CadÚnico, que

[...] estimulou o desenvolvimento daquela que seria tomada como principal base de análise da pobreza no decorrer do século XX, a saber: a abordagem monetária da pobreza [...]. A análise da pobreza sob a perspectiva da renda [...], que impede o indivíduo de alcançar um nível mínimo de bem-estar que maximiza a utilidade total (Lacerda, 2012, p. 208-209).

O estudo da pobreza por meio da condição monetária agrega caráter unidimensional, tendo em conta medidas quantitativas de cunho econômico, sem considerar outros aspectos que respaldam o mal dessa condição. Na década de 1970 principalmente, as investigações com caráter multidimensionais passaram a considerar não só a renda, mas a integração da satisfação das necessidades básicas (aspectos materiais e não-materiais, a exemplo da liberdade e igualdade), garantia de emprego e renda. A concepção multidimensional compreende a pobreza na perspectiva das privações das condições básicas dos indivíduos (na condição do rural prima-se pelo acesso à educação, saúde, infraestruturas, condições de trabalho e estrutura fundiária).

Segundo Sen (2000, p. 109), a pobreza “[...] como privação de capacitações não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacitações de uma pessoa”. Incluso a isso, precisa-se compreender que renda e capacitação são afetadas por outros fatores, como idade, sexo, função, localização e etc. Por conta disso, Sen (2000) analisa a pobreza na lógica das privações de moradia, saúde, educação e de liberdade política, que de forma contígua tende a contribuir para a construção de políticas sociais em prol do desenvolvimento.

Para Lacerda (2012), os estudos sobre a pobreza no Brasil ainda se valem da abordagem unidimensional, baseada no critério renda ou consumo para identificar os pobres. O autor demonstra que mesmo diante de críticas à Teoria Econômica Convencional, que interpretam a situação de pobreza, se mantém o crescimento econômico como chave para o desenvolvimento, haja vista, a condição relacional de consumo e renda. No Brasil, essa perspectiva é adotada a partir da pobreza monetária, que considera indigente aquele que não possui 1 US\$/dia; e pobre, aquele que não possui 2 US\$/dia, ou ainda, que não consegue acessar o salário mínimo base do país.

Entretanto, por mais importante que sejam a questão renda e consumo na promoção do crescimento econômico, esses dois fatores não são, na forma individual e simplória, motivos isolados para o desenvolvimento e nem responsáveis pela diminuição da pobreza. A condição unidimensional absoluta tem sido empregada como método para executar políticas de cunho social, com foco na satisfação das necessidades primárias, isto é, alimentares, sendo por isso, criticável. Diante das críticas, a alternativa é optar pela definição de pobreza na forma relativa, avaliando a renda per capita mediana (familiar ou domiciliar), mesmo que com viés ainda monetário, mas sem desconsiderar a condição estruturante da totalidade.

Em vista disso, a leitura absoluta e relativa, a condição entre desigualdade de renda e de fome podem ser refletidos dentro da questão monetária, avaliando a funcionalidade de políticas públicas para combater à fome. Nessa vertente, entender políticas públicas é avaliar o que Sen (2000) prima por ações que diminuam as privações sociais.

Acreditava-se, até a década de 1960, que a solução para a pobreza estaria atrelada ao crescimento econômico, mesmo diante

de uma base agrária e agrícola exportadora, baixa industrialização e renda per capita, além da predominância da população rural, com baixa escolaridade e produtividade. Por esse contexto, políticas públicas com viés econômico-setorizado-productivista surgiram com intuito de reduzir a pobreza rural. Apesar dessas políticas colaborarem para a diminuição dos casos de pobreza, faz-se necessário verificar políticas públicas que evitem a exacerbção das desigualdades sociais, de forma estrutural, considerando a condição humana (Lacerda, 2012).

Destarte, a Constituição Federal de 1988 reconhece marcos institucionais de cunho social, que valorizem a execução de políticas sociais com o objetivo de alcançar melhorias nos índices de pobreza no país, como: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), do Direito à Aposentadoria Rural, Programa Bolsa Família, além do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCRPF). A execução dos referidos marcos em cooperação com o Banco Mundial, desde 1995, mesmo que com outras intenções, tem operado no combate à pobreza e na geração de qualidade de vida junto as comunidades rurais nordestinas, a partir da implementação de infraestruturas, desenvolvimento social e produtivo.

Contudo, a comparação da condição de pobreza rural não pode se amparar em práticas que gerem efeitos passageiros, vez que há necessidade de ações que garantam a condição cidadã do indivíduo. Desse modo, muitos dos programas sociais brasileiros ganham caráter assistencialista, aliviando momentaneamente a condição de pobreza, ao passo que podem promover “[...] a conservação da própria pobreza” (Buarque, 2006, p. 67). Desta forma, as políticas devem promover a saída da população da condição de pobreza, e não seu mínimo alívio. Aspecto que tende a ser mais intenso no campo em função das especificidades vividas

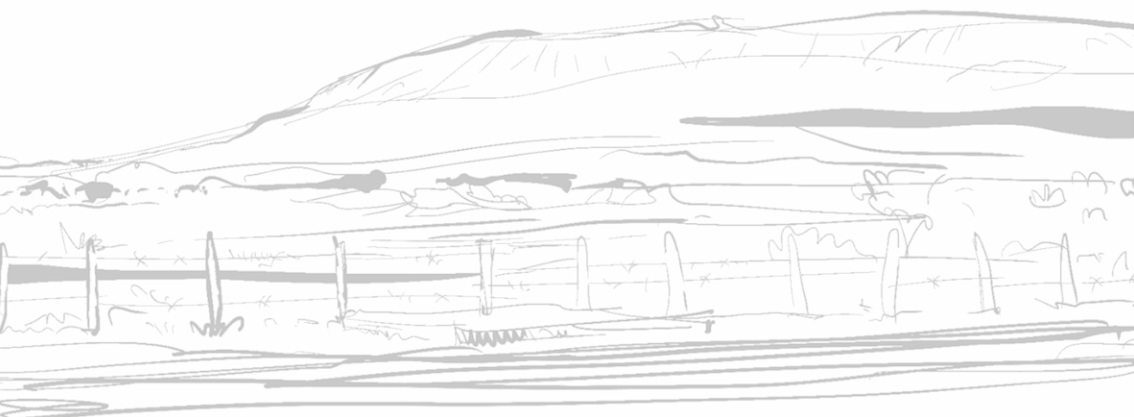
no mundo rural, em razão da baixa densidade demográfica, da carência na oferta de serviços básicos essenciais, do baixo dinamismo econômico e da alta informalidade do trabalho (Lacerda, 2012).

Deste modo, a obra de Buainain (2012) evidencia que a pobreza não pode ser avaliada apenas pela questão da renda monetária, valendo-se da necessidade de acesso à educação, saúde, infraestrutura básica e participação política, isto é, da condição multidimensional, que precisa ser melhorada com intuito de solucionar o problema da pobreza, ao tempo que podem auxiliar no desenvolvimento do país. Para tanto, fundamentam que políticas públicas precisam ser integradas e atingir as diversas dimensões, com vista a evolução da condição social, gerando bem-estar social e a superação das políticas sociais compartmentadas que existem no Brasil atual.

Para tanto, é necessário romper com padrões que são históricos na lógica de manutenção da pobreza, não só no Brasil, mas em várias partes do mundo, que sustentam essa condição. Helfand e Pereira (2012) ponderam alguns condicionantes que poderiam ser basilares nesse combate, à saber: acesso à terra, que poderia ocorrer mediante reforma agrária; produtividade agrícola, a partir de acesso e uso de tecnologias, insumos e sustentabilidade ambiental; conexão entre capitais físicos, sociais e humanos que sustentassem a geração de renda das famílias, por meio de terra, trabalho e redes de conhecimentos, confiança e organização social; diversificação das atividades econômicas a serem executadas na unidade produtiva, com integração de atividade não agrícolas; acesso a mercados, a partir de quebra de barreiras nos custos de transação e nos limites de infraestruturas; e combate ao processo migratório, com auxílio de programas como a Previdência Social Rural e o Bolsa Família. Para os autores, esses pontos

subsidiariam estratégias às famílias rurais no combate à pobreza, ao tempo que promoveriam inclusão social e desenvolvimento rural sustentável.

Sendo assim, a pobreza rural é uma construção histórica, que vem sendo descrita e analisada por inúmeros pesquisadores que trabalham seus reflexos na sociedade brasileira e nos impactos espaciais gerados, tentando soluções aplicativas ao combate desse malefício. Fato que pode ser destacado nas leituras de Josué de Castro (2022), ao referendar na Geografia da Fome, a condição do nordeste brasileiro em início do século XX.



A POBREZA RURAL NO BRASIL: O CASO NORDESTINO

A pobreza rural não é um tema conhecido e muito menos debatido dentro da sociedade, apesar das evidências perceptivas no espaço geográfico, que por vezes é ocultada para não gerar adversidades políticas e econômicas. Esse tema evidencia diversas formas de privações, que vão de alimentos a condições básicas de sobrevivência, que gerem bem-estar material e social. Neste sentido, teóricos brasileiros trabalharam diferentes perspectivas da formação socioeconômica do país, perpassando pela condição da pobreza rural, temática que vai ser aprofundada a partir de agora em obras como:

1- Formação do Brasil Contemporâneo (1963): O autor Caio Prado Júnior faz uma análise minuciosa da sociedade brasileira, referendando a condição da pobreza social, inclusive no espaço rural, desde o período colonial brasileiro, partindo do modelo econômico adotado, mediado pelo latifúndio e exploração de terras e trabalho escravo, para suprir interesses agroexportadores. Aspecto que consolidou a pobreza em períodos históricos subsequentes em função da definição de uma sociedade hierárquica e desigual, que colaborava para a sedimentação dessa condição entre os não detentores de terras, subalternos a formas de trabalho e renda determinada pela lógica de concentração do capital.

2- Formação Econômica do Brasil (2007): Celso Furtado vai destacar que a organização histórica da estrutura agrária no Brasil contribuiu para a manutenção da pobreza rural, tendo em vis-

ta “[...] o controle da propriedade da terra por uma minoria [, fato este que] impediu que frutificasse todo ensaio de atividade agrícola independente da empresa agromercantil” (Furtado, 1975, p. 98). Nessa acepção, a pequena agricultura que se desenvolvia nas arestas das cercas das grandes unidades produtivas não tendia a motivar uma base alimentar sólida, pois, mesmo nessas pequenas unidades, partes da produção supriam a necessidade dos latifúndios por nutrição. Ademais, soma-se a fragilidade desses pequenos agricultores no sentido de se modernizarem frente à condição tradicional para ampliar sua produção. Aspecto que sujeitava esses as demandas do mercado e dos latifúndios, fazendo com que a pobreza rural persistisse, em função da impossibilidade de acesso a mais terras e a crédito. Além disso, poderia tornar esse pequeno agricultor mão de obra subjugada e/ou contratada de forma desvalorizada. Assim,

[...] uma maioria de despossuídos não participará dos benefícios do crescimento, acarretando essa concentração da renda. Se esses dados estruturais não se modificam, o aumento de produtividade engendrará necessariamente uma crescente dicotomia social. O único ativo de que dispõe a população pobre é a sua força de trabalho, e, sendo está um bem de oferta elástica, o seu preço será fixado no mercado em função de seu custo de reprodução, perpetuando-se a miséria (Furtado, 1992, p. 53).

Portanto, Furtado (2007) já demonstrava como a econômica brasileira se definia em “ilhas produtivas” para o mercado externo (país primário-exportador), ao tempo que confirmava os desencontros da economia nacional até se chegar ao século XX, com regiões dispare e descombinadas. Naquele momento, Fur-

tado (2007) levantava juntamente com o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), projetos de desenvolvimento para a região. Nesse contexto, haveria a necessidade de mexer com as oligarquias agrárias, pois se assim não ocorresse, nada se alteraria na situação de flagelo de grande parte da população local, que a cada seca abandonava suas terras e migrava para outros espaços nacionais, condicionando um histórico de grilagem de terras.

O autor, Furtado (2014), concebia que só com a consolidação de uma indústria e com empresários, o Nordeste poderia ter uma chance de se desenvolver. Este fato é tomado como fôlego, assim como, a necessidade de mediar os conflitos sociais inerentes a região, como as Ligas Camponesas e sindicais, mediante criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, que deveria ser um alicerce ao desenvolvimento econômico. Neste íterim, na década de 1960, a Sudene seria responsável pela realização de vários investimentos que permitiram aprovar “[...] 23 projetos de novas indústrias que deveriam proporcionar 6 mil oportunidades de empregos” (Furtado, 2014, p. 275). Entretanto, o que se teve foi o fortalecimento das oligarquias agrícolas, que se beneficiaram de investimentos e da miserabilidade da população a partir da seca e da fome, via atitudes clientelistas, que eram referendadas na política local.

O sociólogo José de Souza Martins (1979), na obra, *O Cativo da Terra*, trabalhou a questão da pobreza rural na perspectiva da posse da terra, das relações de trabalho e da marginalização do pequeno agricultor que não conseguia se inserir na lógica do capital prontamente. Por conseguinte, o autor demonstra que a referida questão não é gerada só por condições econômicas, mas também, por condições sociais e culturais suplantadas historicamente, principalmente no limiar da modernização conservadora

que contribuiu para maiores concentrações de terra e renda nas mãos da elite agrária não só brasileira, como também internacional, mediante o processo de financeirização da terra.

Desta forma, Martins (1979) assinala como causas da pobreza rural: 1- questão agrária, com o fortalecimento da concentração de terras e a diminuição de acesso a esse bem por parte de pequenos agricultores e trabalhadores rurais; 2- dificuldades no acesso a recursos financeiros, tecnológicos e informacionais que são necessários para a produtividade agrícola; 3-falta de políticas públicas que atendam às necessidades dos pequenos produtores rurais, no sentido de reforma agrária e promoção de desenvolvimento rural; e, 4- carência de estímulos à escolaridade por parte dos trabalhadores rurais, visando ampliar os conhecimentos e possibilidades de ascensão social. No entanto, é necessário destacar que outros fatores também contribuem para essa condição de pobreza rural, a exemplo das condições edafoclimáticas, sem galgar um viés naturalista para a condição da pobreza.

Na obra *Cativeiro da Terra* (1979), Martins destacou que as estruturas arcaicas da sociedade rural brasileira, mediante processo de modernização da agricultura, têm acirrado a pobreza rural, a partir da expulsão de trabalhadores do campo para a cidade, como também pela substituição da produção de subsistência em prol das monoculturas. Segundo o autor “A pobreza rural não é uma herança da sociedade tradicional, mas o produto moderno de sua destruição pelas formas incompletas da modernização capitalista” (Martins, 1979, p. 112). Situação que intensifica a condição da pobreza e de desigualdade social, pois nesse quesito o pequeno agricultor é marginalizado frente a forma como ocorreu o processo de modernização.

Desta maneira, a pobreza rural se coloca como uma funcionalidade do sistema econômico, pois ao subordinar o trabalha-

dor às condições produtivas, recria a lógica de manutenção da pobreza a partir da precarização das formas trabalho, da perda de autonomia desse pequeno agricultor e, mesmo, da possibilidade do êxodo rural. Tais aspectos demonstram que mesmo com a revolução técnico-científica que a agricultura vem passando, a pobreza se mantém como uma estratégia de poder político estatal de subordinação e obediência a ordem econômico-produtiva do capital, ou seja: “A modernização no campo não extinguiu o atraso, mas o reorganizou em novas formas de exploração. O pobre rural, antes símbolo do atraso, passou a ser um excedente funcional à ordem moderna.” (Martins, 1994, p. 75)

Assim, pela literatura clássica sobre a constituição do território brasileiro é possível verificar condições que criaram e sedimentaram os traços da pobreza rural nesse país. Neste contexto, a Geografia da Fome de Josué de Castro (2022), um clássico de 1946, não poderia ficar de fora da análise, pois explica a condição da fome no Nordeste brasileiro, via condições estruturalistas, socioeconômicas e políticas persistentes, embasada no sistema econômico imposto historicamente à região, que reflete a má distribuição de terra e renda. Neste contexto, Castro (2022) referendou a fome como uma condição epidêmica e sazonal no sertão, ao passo que no litoral, a fome teria caráter endêmico, pois os solos desta área estavam ocupados por cana-de-açúcar, convencionando a lógica de subordinação produtiva da terra ao grande capital.

Nesta interpretação, Santos (2022), na apresentação da obra de Castro (2022), deixa claro que a fome no Brasil é fruto da “[...] pobreza generalizada da população, incapacitada de fazer transportar produtos alimentares ao seu lugar de residência e até mesmo de fugir para outras áreas, pois lhe faltavam vias e meios de transporte e, mais simplesmente, dinheiro para comprar provi-

sões de boca” (Op. Cit., p. 37). Por conseguinte, concorda-se com Santos (2022), assim como com Sen (2000), que a lógica da fome e, por conseguinte, da pobreza rural, advém da falta de liberdades na luta contra privações, que vão além de condições meramente naturais, muitas vezes relatadas.

Contudo, no período de escrita da obra (1946), Castro (2022, p.42) referendou a fome como uma ação generalizada, ou seja, “[...] é um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome”. Apesar de passados pouco mais de 70 anos, a dita afirmação ainda respalda o aspecto no início do século XXI, como um tema pouco publicitado e camuflado nas realidades de todo o país, em função da imagem a ser refletida em contexto internacional e na manutenção de um exército de mão de obra de reserva a trabalhos humildes, entre outras explicações.

Conforme Castro (2022), com base em divulgações da Inspectoria Federal de Obras contra as secas (IFOCS), a base alimentar no Nordeste está circunscrita a uma área de 670 mil km² com cerca de 7 milhões de habitantes. *Essa região já tinha na criação do gado vacum, derivados de leite e produção de milho, associados a outras condições regionais, como a caça e a pesca, sobretudo no rio São Francisco, um certo equilíbrio nutricional na década de 1950.* Esse equilíbrio, na época das secas dava energia para sobreviver ao flagelo, evitando assim, o despovoamento. Isso porque a seca, como reflexo das características edafoclimáticas da região, somados aos solos quase sempre rasos, sem condição hídrica, além das variáveis em termos de fauna e flora, restringem as condições suscetíveis a uma maior riqueza alimentar. Somados a essa condição, há o histórico de ocupação das terras sertanejas, via entradas, em busca de metais preciosos e, por

consequência, a necessidade do gado para mover os moinhos e depois para abastecer as demandas da zona mineralógica, contribuindo assim, para a ocupação de uma área com condições um tanto difícil (Castro, 2022).

Castro (2022) destaca ainda que mesmo diante dos acontecimentos históricos o homem nordestino tem uma alimentação sóbria e enxuta à base de carne, leite, milho, feijão, farinha, batata doce, inhame, rapadura e café, além de algumas poucas espécies frutíferas típicas, como o umbu. Sendo assim, o autor demarca que “[...] sua soberania alimentar, no caso, longe de significar miséria e decadência, traduz uma sábia aplicação da economia biológica” (Castro, 2022, p. 201).

A sobrevivência do homem nordestino sertanejo é celebrada em três ou quatro meses de chuva, que promovem plantio e colheita. No período de secas parciais ou generalizadas, a condição desse ator social, por vezes, se altera pela necessidade de migrar e buscar novas perspectivas de sobrevivência, ocupando áreas inóspitas nos centros urbanos e vindo a compor bolsões de pobreza. Essa condição é reflexo de “[...] períodos em que o clima se nega a regar com chuvas benfazejas o solo adusto da caatinga, toda a vida regional se vai exaurindo da superfície da terra” (Op. Cit., 2022, p. 217).

Desta forma, o despovoamento não somente da flora, como dos animais comuns a fauna nordestina, é causado pela condição de seca e por ausência de estruturas assistenciais, que podem gerar consequências como mortes e/ou contribuir para fluxos migratórios humanos sobretudo, de seu local de origem. Por essa condição, o sertanejo que persiste na sua área natural, em períodos de seca severa, vê-se numa condição triste, pois há diminuição de sua condição nutricional, uma vez que ficam “[...] reduzidos aos recursos das “iguiarias bárbaras”, das “comidas brabas”

- raízes, sementes e frutas silvestres de plantas incrivelmente resistentes à dessecação do meio ambiente” (Castro, 2022, p. 218).

Dessarte, mesmo ateados pelas condições naturais e de miséria, o sertanejo mantém laços com a terra nordestina e alimenta bases culturais, como referenda Castro (2022, p. 245):

[...] no sertão do Nordeste o homem apesar do seu seminomadismo, esta rigidamente apegado à terra. Ainda hoje, os fazendeiros são conhecidos muitas vezes pelo seu nome próprio e do lugar: Antônio Pedro do Salgadinho, seu Juca de Serra Branca, Manoel Bastos do Arvoada [...].

Para Oliveira (2008, p.250), a pobreza nordestina nessas décadas já vivia “[...] um movimento que tendia a dissolver a própria identidade da economia regional do Nordeste, [...]”. O autor analisa o movimento social que se organiza contrário as oligarquias locais, que se posicionavam contrários às políticas estatais de combate à condição de miséria no Nordeste a partir da Sude-ne. Este aspecto foi ainda mais impetuoso no período da Ditadura Militar, quando as ações de cunho clientelista se intensificaram no Nordeste, sem pensar em mudanças estruturais nas condições socioeconômicas da população local. Fato que reflete o desenvolvimento contraditório, desigual e combinado na lógica totalizadora vivenciada no Brasil, que mantém “latifundiários como empregados do povo”, mediante voto direto, mas que atuam em prol de interesses da oligarquia agrária nacional, que os representam.

Por essa conjuntura, a pobreza e a miséria no campo nordestino se mantêm dentro de uma estrutura que pouco se altera, mas cujos parâmetros adotados desde o século XX, com base econômica, já não são suficientes para compreender a lógica do vivi-

do, que passou de bem-estar social à condição de Estado mínimo. Diante dessa condição, uma das formas de quebrar as privações sociais presentes no mundo rural brasileiro, com sistemas de privilégios latentes ao agronegócio, é reordenar a função da terra, com acesso via reforma agrária a todos que demandam dela para a sobrevivência e, assim, promover mediante políticas públicas a reestruturação da economia agrícola, assegurando terra, trabalho e renda, com melhorias nos padrões produtivos, na geração de empregos e elevação do nível de vida, liberando os pequenos produtores de privações históricas. Além disso, delimite-se a necessidade de associação dessas ações que substanciem tecnologias em prol do avanço da agropecuária local.

A POBREZA RURAL EM SERGIPE

A pobreza rural em termos espaciais é um aspecto também latente à condição histórica de ocupação territorial em Sergipe. Conforme Nunes (1989), a ocupação das terras sergipanas ocorreu de forma similar ao do contexto nacional, com o quase extermínio dos grupos nativos mediante a submissão cultural dos povos e o trabalho forçado, sobretudo a partir de 1590 com a comitiva de Cristóvão de Barros.

Ademais, foram travadas lutas com invasores europeus, a exemplo dos franceses; assim como, divergências internas entre Luís de Brito (Governador da Colônia no período de D. João III) e Garcia D'Ávila (grande latifundiário), que mesmo aliados, asseguravam diferentes interesses na forma de ocupação territorial. Ainda assim, houve o incentivo ao pastoreio na área sertaneja do território sergipano, haja vista a necessidade de gado para mover os moinhos de cana-de-açúcar na Bahia e em Pernambuco. Por

esse contexto, faz-se interessante respaldar o que Freire (1977, p. 176) infere sobre o sergipano, que “Antes do sergipano ser lavrador, foi pastor”, referendando que mesmo tendo terras férteis, os futuros engenhos de cana só seriam desenvolvidos no século XVII, por meio das doações de sesmarias, sobretudo no litoral sul do território.

Segundo Nunes (1989, p. 30) esse momento pode ser refletido na seguinte condição:

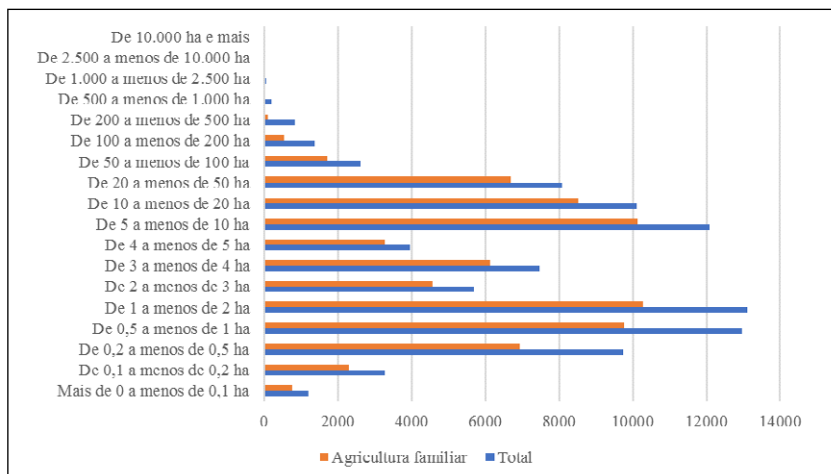
A colonização sergipana em seus primórdios foi, essencialmente, uma empresa militar. E assim continuou para sobreviver desde quando os povoadores deveriam enfrentar lutas constantes contra o pirata francês na região litorânea, contra os índios e os negros aniquilados no interior. Para que a colonização lusa triunfasse, sucedeu em Sergipe o mesmo que ocorrera em toda a colônia.

Deste modo, igualmente ao território brasileiro, o que sobressaiu em Sergipe Del Rei foram os latifúndios, que se mantiveram tradicionais na organização agrária do território, com modelos excludentes e intensificadores das desigualdades socioespaciais no campo. Esse aspecto é atenuado pelas lutas de movimentos sociais e políticas públicas, que definiram frágeis momentos de reforma agrária, sem mexer no sentido da estrutura agrária vigente, que primam por submissão das melhores terras nas mãos da elite sergipana.

Diante disso, historicamente, a ocupação de Sergipe ocorreu com a criação de gado de forma extensiva, que fora empurrada para as áreas sertanejas do estado, onde se definiram as grandes propriedades pecuaristas. Coube aos pequenos agricultores se unirem para sobreviver às margens dessas grandes unidades.

Características que explicita a dualidade produtiva da terra, no sentido da agricultura empresarial, moderna e voltada ao agrogócio; e a agricultura de base familiar, com produção voltada a subsistência de sua unidade e comunidade local. Condição atestada no Censo Agropecuário de 2017, que demonstrou a perspectiva da concentração de terra, em que 1% do total dos estabelecimentos, não contemplava a condição do módulo fiscal para agricultura familiar (280 hectares), contendo mais de 500 hectares; ao passo que 20% da área total contava com cerca de 70% dos estabelecimentos em Sergipe (IBGE, 2017), com área variando entre menos de 0,1 hectares a menos de 10 hectares (Figura 02).

Figura 02 – Área por número de Estabelecimentos em Sergipe (2017)



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017).

Ante o exposto, faz-se necessário demonstrar que em Sergipe existem 92.742 estabelecimentos dos quais 77,3% são de agricultores familiares, ocupando área de 680.515 hectares, que corresponde a 46,5% (IBGE, 2017). Dados que comprovam a concentração de terras em Sergipe, como resíduos da organização agrária colonial.

Este reflexo foi quase sempre ampliado, tendo por padrão o modelo de modernização agropecuário imposto ao país desde o século XIX, que em Sergipe ao invés de incluir, excluiu e subjugou ainda mais os pequenos produtores, que se viram obrigados, muitas das vezes, a migraram dessa realidade para os bolsões de pobreza urbanos, não só do estado, mas sobretudo para o sudeste do país.

Nas últimas três décadas, algumas políticas públicas estatais têm auxiliado a manutenção de pequenos agricultores no campo e nisso, combatido fortemente a condição da pobreza rural, entre as quais: 1- Lei do Rito Sumário (76/1993) e a Lei Agrária (8.629/1993), que consolidou uma abordagem jurídica e institucional para as desapropriações das terras consideradas improdutivas; 2- Programa de Crédito Especial para Áreas da Reforma Agrária (PROCERA); 3- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); 4- Criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que atuou junto às demandas das questões agrárias, sem desconsiderar outras de cunho social, como o CadÚnico e Previdência Social Rural, que contribuíram no sentido de amenizar as condições socioeconômicas do agricultor pobre.

Em Sergipe há a execução de muitas dessas políticas nacionais, aliadas às promovidas pelo Estado local, como construção de projetos de irrigação, escritórios de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), a exemplo da Emdagro e Cohidro; aliado às políticas de sementes; sem desconsiderar política de regularização fundiária, Incentivos fiscais, Programa Mão Amiga Cana-de-Açúcar e Programa Mão Amiga - Pró-Sertão Bacia Leiteira, que perfazem suporte financeiro para pequenos agricultores no período de entressafra da cana-de-açúcar e de seca no Sertão. Ações como essas se tornaram essenciais para a manutenção do homem no campo.

Por isso, a pobreza rural em Sergipe se traduz na história de concentração fundiária e nas formas de exploração da for-

ça de trabalho no campo. Entretanto, os fatores históricos, nas suas condições socioeconômicas, não explicam a persistência da condição de pobreza rural no Nordeste brasileiro e muito menos no estado. É preciso ir mais longe nas condições analíticas, considerando o que Sen (2000) já aferia como princípios do desenvolvimento, mediante liberdades individuais, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010), que instituiu o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) como ferramenta que mensura a pobreza a partir de seguintes dimensões: infraestrutura, educação, saúde e cultura.

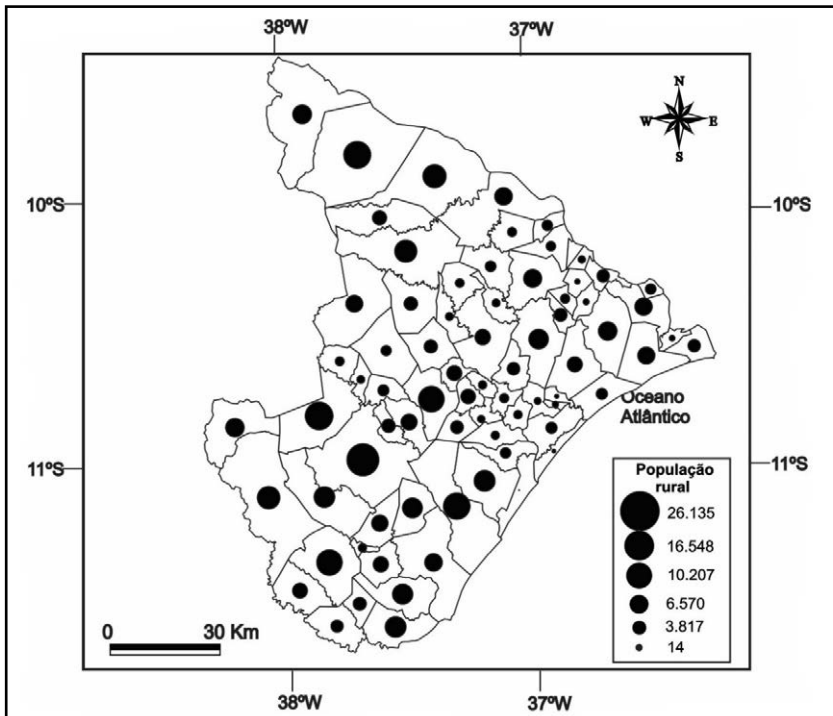
Dados do Censo Demográfico (IBGE, 2022) contabilizaram 443.097 pessoas no campo sergipano, isto é, 20% do total populacional. Em termos espaciais, a população rural absoluta está concentrada nas porções tradicionalmente produtoras de alimentos, como o agreste (Figura 03), ao passo que percentualmente, em termos de representatividade no total, municípios sertanejos como Gararu, Poço Redondo e Porto da Folha, ainda apresentam forte população rural, em respectivamente 71,8%, 55,7% e 51,8%.

Inclua-se aqui dados do Dataprev (MPS, 2024) relacionados a Sergipe, que definiu 16.644 indivíduos com cadastro na Previdência Rural, de um total de 1.289.984 beneficiários. Fato que decorre também do envelhecimento da população sergipana, cujo índice divulgado pelo IBGE (2022)¹, atinge 43,02%. Outrossim, dados do PNUD (2021) demonstram que Sergipe tinha em 2021, renda per capita (PNAD) de R\$492,78, representando 68% da renda per capita do brasileiro que ficava em R\$723,84. Por este

¹ “O índice de envelhecimento (IE) representa o número de pessoas com 65 anos e mais de idade em relação a um grupo de 100 crianças de zero a 14 anos. É determinado pela seguinte fórmula:
 $IE = (P65+ / P0-14) \times 100$. Sendo P65+ representando a população de 65 anos ou mais de idade e P0-14 a população de 0 a 14 anos”. (SIDRA/IBGE, 2017 - Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9515#resultado>>. Acesso em 12 abr. 2026).

contexto, a renda dos extremamente pobres em Sergipe não chega a R\$40,00; ao passo que a renda per capita dos pobres ficava em R\$73,16; e os dos vulneráveis a condição de pobreza ficava em R\$135,75. A publicação dos dados de 2017 (PNAD, 2017) também demonstraram que a transferência per capita do Bolsa Família ficava em torno de R\$151,95 e que, cerca de 38,65% dos extremamente pobres recebiam o benefício, seguidos de 78,43% dos pobres; e, 90,40% dos vulneráveis a extrema pobreza (PNAD, 2021). Condição que corrobora para melhorias de distribuição de renda na perspectiva socioespacial do estado.

Figura 03 – distribuição da população absoluta rural entre os municípios sergipanos (2022).



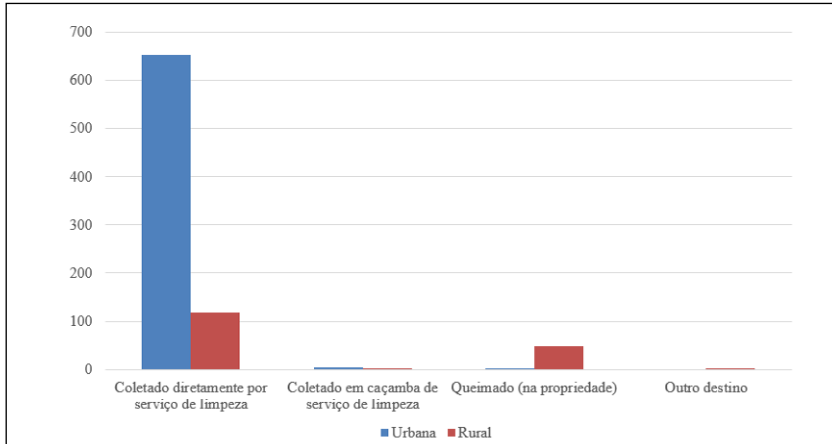
Fonte: IBGE (2022). Organização: Carvalho (2025).

Perante o quadro populacional rural de Sergipe, considera-se o PNAD Contínuo (2024) para o Estado, pelo qual se evidencia a existência de 829 mil domicílios, dos quais 170 mil são rurais. Destes domicílios rurais, 59% depende de água de rede de distribuição, 13% de poço artesiano, 9% de cacimba, 1% de fontes e 18% de outras formas, como por exemplo, de caixas d'água advindas de políticas públicas. Ademais, o PNAD (2024) evidenciou que 787 mil domicílios tinham acesso a água encanada, dos quais 142 mil estavam no campo. Na condição de distribuição de água, cabe demarcar que algumas áreas de Sergipe, por mais que estejam às margens da maior fonte de água potável do estado, o Rio São Francisco, ainda não contam com infraestrutura hídrica pública eficiente para abastecer na totalidade os domicílios, especialmente os rurais no sertão sergipano.

Soma-se a isso, a ausência de infraestruturas internas consideradas básicas, como a presença de banheiros e coleta de lixo. No primeiro caso, 155 mil domicílios rurais (91,1%) indicaram possuir banheiros na unidade, observando-se que ainda há 8,9% sem esse cômodo no estabelecimento domiciliar. No segundo caso, os moradores dos domicílios indicaram a existência de serviço de limpeza rural, apesar de ainda promoverem a queima (28,8%), diferentemente do que ocorre na zona urbana (Figura 04).

Nesta conjuntura, 99,4% contam com abastecimento de energia elétrica no campo (169 mil domicílios). Em relação ao ano de 2016, houve uma queda no acesso a essa condição em 6,6%, isto é, neste ano, contava-se com 181 estabelecimentos que possuíam acesso à rede elétrica, totalizando 100% dos domicílios rurais com acesso a eletricidade. Diferentemente do que ocorreu em 2024, em que 0,6% dos domicílios rurais já não contavam mais com esse requisito de bem estar social. Acontecimento que pode ser explicado pelo custo na sua manutenção, ou mesmo, no fato dos proprietários não morarem no estabelecimento.

Figura 04 - Domicílios por coleta de lixo em Sergipe



Fonte: PNAD/IBGE, 2024.

Ainda segundo o PNAD (2024), um outro aspecto a ser destacado é a presença do rádio como importante veículo de informação e distração no campo sergipano. Dos dados informados, 60% dos domicílios rurais apresentavam um aparelho por unidade (PNAD, 2024).

Além disso, Sergipe conta com instituições de atendimento às demandas sociais, a exemplo de educação e saúde. No primeiro caso, o Estado oferta infraestrutura escolar, inclusive com oferta de educação do campo, em quase todos os municípios, apesar das nucleações ocorridas no meio rural e, conseqüentemente, as extinções, e concentração das ofertas em termos educacionais na área urbana. No segundo caso, e de forma similar está a oferta de saúde, que ocorre em dias específicos em postos comunitários rurais, mas sobretudo, na forma diária na sede municipal com serviços mais especializado.

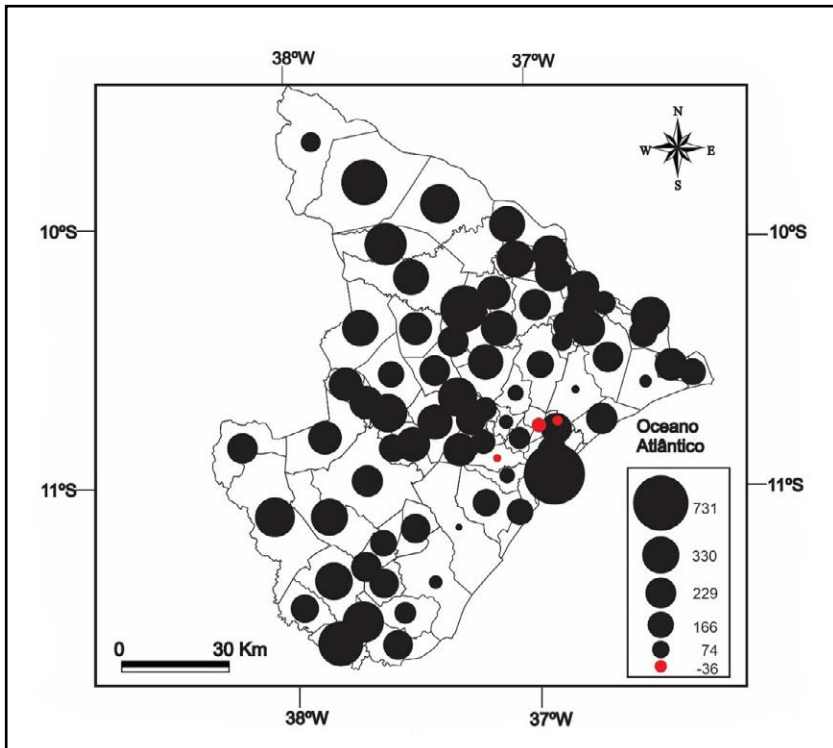
Pelo quadro visualizado, há persistência de carências estruturais no estado de Sergipe. Circunstâncias que se

amenizam a partir de informações do PNAD (2024), que coloca o Estado de Sergipe sem domicílios em condição de insegurança alimentar, diferentemente do contexto nordestino, que ainda apresenta 40% dos domicílios com alguma condição de supressão alimentar.

Não obstante, algumas condições ainda precisam ser tratadas, sobretudo, quando se analisa a condição do Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM). Os respectivos dados quantitativos do IBGE quanto ao PIB (IBGE, 2010-2023) demonstram que o estado de Sergipe teve crescimento na geração de riqueza em 130,3%, saindo de 26,4 milhões reais para R\$60,8 milhões, que distribuídos espacialmente apresentaram linearidade, apesar de áreas de destaque histórico terem decaído sua participação no total estadual, a exemplo de Riachuelo, Carmópolis e Laranjeiras (Figura 05). Esse dado se justifica na lógica produtiva, processual e distributiva de suprimentos minerais, tal qual o petróleo in natura, como também de seus royalties (desde 2012).

Dados disponibilizados pelo Observatório de Sergipe (2025) atestam que o Alto Sertão Sergipano, entre 2021 e 2023 houve crescimento no Produto Interno Bruto da ordem de 30,26%, saindo de 4.673.688 mil reais para 6.088.300 mil reais, representando em 2023, 10% da economia estadual. Isso decorre do crescimento de espaços agropecuários (IBGE, 2023), claro que aliado a condições de economia secundária e terciária, com destaque para Feira Nova (428,6%), seguidos de Poço Redondo (407,3%), Cristinápolis (390,7%) e Monte Alegre de Sergipe (347,1%). Grande parte desses municípios tem se dedicado à condição da pecuária leiteira e indústrias de laticínios; assim como à produção de milho para alimentação do gado, ou exportação para agroindústrias processadoras na Bahia; ou ainda a citricultura, mas sem deixar de lado a produção de subsistência, como ocorre em Cristinápolis.

Figura 05 – Variação percentual do PIB a preços correntes (R\$1.000,00) entre 2010 e 2023.

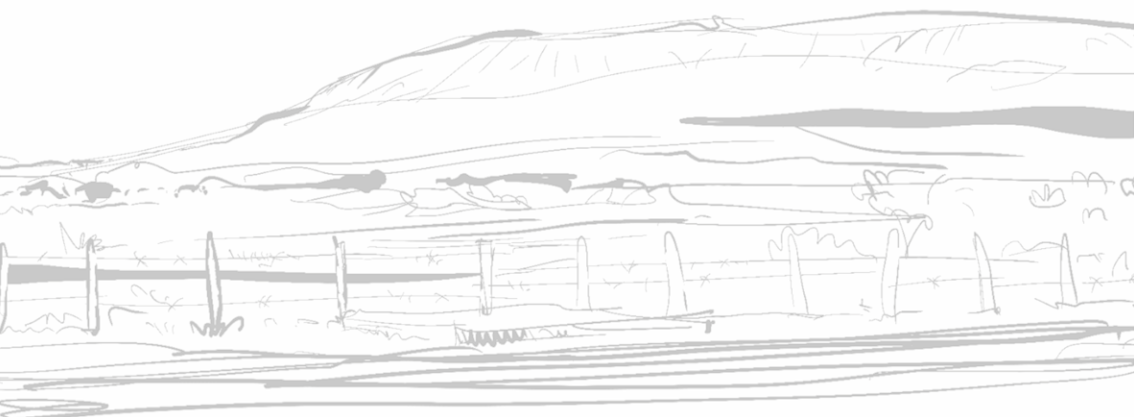


Fonte: Dados do IBGE (2010 e 2023).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os dados do IBGE (2010 a 2021) demonstram que Sergipe apresentou melhoria em termos numéricos, saindo de 0,665 para 0,702. Fato justificado, sobretudo, na melhoria de renda per capita, longevidade e índices educacionais. A oferta de serviços e atração de investimentos em diversos setores, à exemplo do industrial, contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade de renda no estado. Em termos municipais, essas unidades administrativas variaram entre 2000 e 2010, do índice de 0,35 a 0,529,

desconsiderando a capital, Aracaju, que saiu de 0,648 (2000), chegando ao índice de 0,77 (2021). Nesses valores, alguns municípios ainda persistem como de baixo desenvolvimento, mas que precisam ser destacados pelas melhorias quantitativas significativas, a exemplo de Tomar do Geru, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba, que apresentam crescimento nos índices de educação, longevidade e distribuição de renda per capita nos municípios.

Os dados refletidos se correlacionam ao pensamento de Amartya Sen (2000), em que o desenvolvimento não pode ser visualizado apenas pela lógica de crescimento econômico, mas a partir da articulação de variados aspectos, como educação, saúde e renda. Deste modo, a ideia do desenvolvimento visa a diminuição de privações humanas e ampliação das capacidades e liberdades das pessoas. Por esse contexto, passa-se a observar como esses aspectos impactam nos municípios que compõem o Alto Sertão Sergipano, a fim de comprovar como os mesmos trabalham a lógica da pobreza rural.

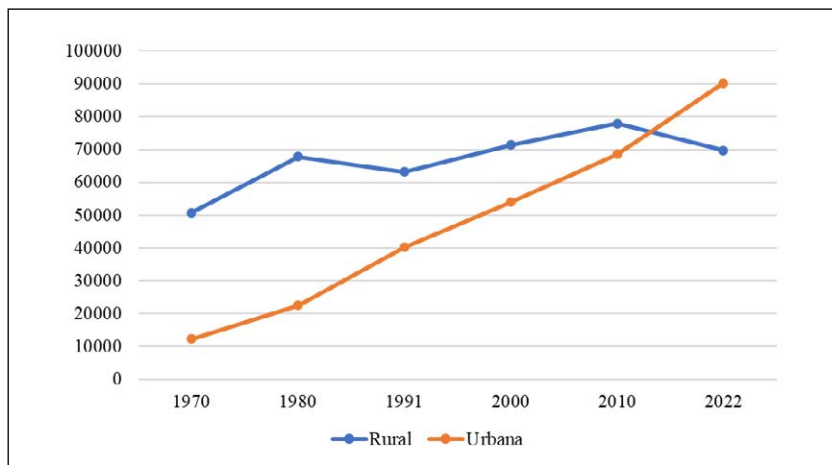


TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

O território do Alto Sertão Sergipano é reflexo da política de Planejamento instituída pelo Governo de Sergipe em 2007, que passa a regionalizar o estado a partir dos seguintes critérios: aspectos históricos, geoambientais, econômico-produtivos e de identidade cultural. No caso do Alto Sertão, esse é constituído por 7 municípios: Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Porto da Folha e Nossa Senhora de Lourdes, que reúnem uma população de 159.761 habitantes, representando 7,22% da população estadual.

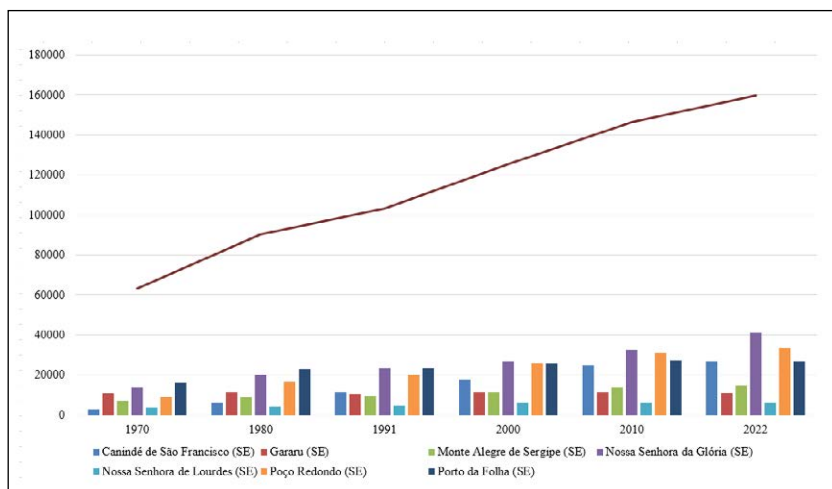
Esse território cresceu em cerca de 150% na população total, entre 1970 e 2022, sendo que a rural cresceu 37% e agrega 15,7% da população rural do estado na atualidade (IBGE, 1970 e 2022) (Figura 06). Os respectivos números demonstram que os municípios ainda mantêm forte tradição com o campo, apesar de núcleos urbanos locais passarem a situar maior contingente populacional, seguindo a tendência natural de outras cidades brasileiras, em função da busca por segurança e oportunidades de trabalho e renda, principalmente (Figura 07). Neste contexto, é perceptível o crescimento de sedes municipais locais, a exemplo de Nossa Senhora da Glória, que concentra 70% da população na cidade, em virtude das forças das agroindústrias processadoras do leite, colocando este como polo regional no sertão sergipano.

Figura 06 – Crescimento da população total do Alto Sertão Sergipano (2017)



Fonte: IBGE (1970-2010)

Figura 07– Crescimento da população rural entre os municípios do Alto Sertão Sergipano (2022)



Fonte: IBGE (1970-2022).

Em correlação aos dados populacionais, observa-se dados referentes à saúde e educação no Alto Sertão Sergipano. O primeiro, catalogado junto ao Centro de Informações e Decisões Estratégicas em Saúde – CIDES (2025) e ao Data Sus (2025), demonstra que o Alto Sertão, até o momento, sofre algumas defasagens no acesso ao sistema de saúde pública, sobretudo pelo número de óbitos (972) e a taxa de mortalidade da população (5,21%), estimada em 2025 em 166.397 habitantes. Nesse viés, validam-se melhorias sociais, sobretudo nas natalidades, em que 2.557 indivíduos foram contabilizados como nascidos vivos, mantendo-se em crescimento. Um dos dados, até agora, considerados complexos nessa conjuntura é o número de jovens adolescentes sendo mães (446), que pode ser justificado na condição cultural das famílias, em dar encaminhamento em termos de trabalho e responsabilidade familiar muito cedo (Tabela 01).

Tabela 01 – Dados de saúde pública no Alto Sertão Sergipano (2025).

Dados de acesso a saúde pública no Alto Sertão Sergipano	População total estimada (2025)	Nº de atendimento hospitalar (DATASUS 2025)	Nº de nascidos vivos	Nº de óbitos	Taxa de mortalidade	Gravidez na adolescência
Canindé do São Francisco	33.641	103	491	174	3,88	94
Gararu	11.294	43	124	67	13,95	15
Monte Alegre de Sergipe	14.781	69	252	82	2,9	52
Nossa Senhora da Glória	43.686	160	683	242	1,26	98
Nossa Senhora de Lourdes	6.409	38	79	57	21,05	15
Poço Redondo	29.238	93	507	170	2,17	89
Porto da Folha	27.348	91	421	180	7,69	83
Total	166.397	597	2557	972	5,21	446

Fontes: CIDES (2025), Data Sus (2025) e IBGE (2025).

Os referidos dados casam-se com o visualizado em trabalho de campo, no sentido de as comunidades rurais quase sempre terem uma unidade de saúde e a presença de agentes que fazem o monitoramento. Todavia, demarca-se que o atendimento não é diário e nem contam com serviço médico imediato, sem refletir a infraestrutura, que não agrega a aparelhagem necessária para oportunizar melhores condições de saúde nas referidas localidades.

Da mesma forma, referenda-se a condição da educação, que nas comunidades trabalhadas, assim como em todo o território, tende a ser descentralizada do campo, voltando sua oferta para as sedes municipais. Esse aspecto adentra a lógica das nucleações de unidades escolares, em que turmas multisseriadas eram trabalhadas; e os alunos foram transferidos para comunidades com oferta maior de educação por ano, ou mesmo para as cidades mais próximas. Este fato corrobora para a perda da valorização da condição da vida no campo e, conseqüentemente, a absorção de valores culturais desprendidos da vida rural, contribuindo para o processo migratório, que incha cidades como a capital, Aracaju, e esvazia o campo.

Dados do Qeduc (2007/2023/2025) demonstram que o Território do Alto Sertão apresentou expressiva melhora na condição da avaliação estabelecida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica desde 2007, saindo de aproximadamente 2,8 para 4,4. Essa ampliação decorre do aumento no número de oferta de vagas e ocupação de matrículas na idade certa, além da condição de aprendizado e fluxo subsequente de ano de estudo. Todavia, muitos municípios do Alto Sertão Sergipano ainda apresentam IDEB inferior ao do Estado, que é de 4,9 (Tabela 02). Isso decorre das condições espaciais, sobretudo, no sentido de extensão territorial, que dificulta a proximidade de muitos jovens acessarem com facilidade a sala de aula.

Tabela 02 – Dados educacionais do Alto Sertão Sergipano (2020/2023/2025).

Municípios	Nº de Escolas (2023)	Nº de Escolas rurais (2023)	Nº de Alunos matriculados (2023)	Nº de professores (2023)	Crianças fora da escola (2020)	IDEB (2023)
Canindé do São Francisco	21	13	5.980	345	403	4,2
Gararu	9	6	1.619	185	79	4,4
Monte Alegre de Sergipe	11	6	2.723	140	116	4,5
Nossa Senhora da Glória	24	17	7.017	355	30	4,9
Nossa Senhora de Lourdes	5	2	1.142	90	14	4,9
Poço Redondo	32	25	5.528	329	367	3,8
Porto da Folha	28	21	4.582	374	245	4,5
Total	130	90	28.591	1818	1254	4,4

Fonte: Qeduc (2023, 2025) e INEP (2020).

Ao correlacionar esse detalhe com o visualizado no trabalho de campo, foi perceptível a opção de muitos municípios pelo transporte dos alunos para escolas com dita melhor infraestrutura, localizados em povoados com maior número de pessoas e/ou mesmo para a sede municipal. Essa condição favorece os estudos em idade/ano corretos. Todavia, esbarra-se em outras problemáticas, a exemplo: 1-Na condição do bem estar dos discentes, obrigados a migrarem de seu povoado para escolas distantes; e, 2- Na condição de muitos ônibus, de não terem acompanhamento de adultos, ficando a responsabilidade dos menores para o motorista ou outros estudantes/familiares que se deslocam para as ditas proximidades das escolas. Além disso, some-se o fato de muitos alunos ainda abdicarem do estudo em prol do trabalho, apesar dessa condição ter decaído bastante nos últimos anos decorrentes das políticas públicas socioeducacionais.

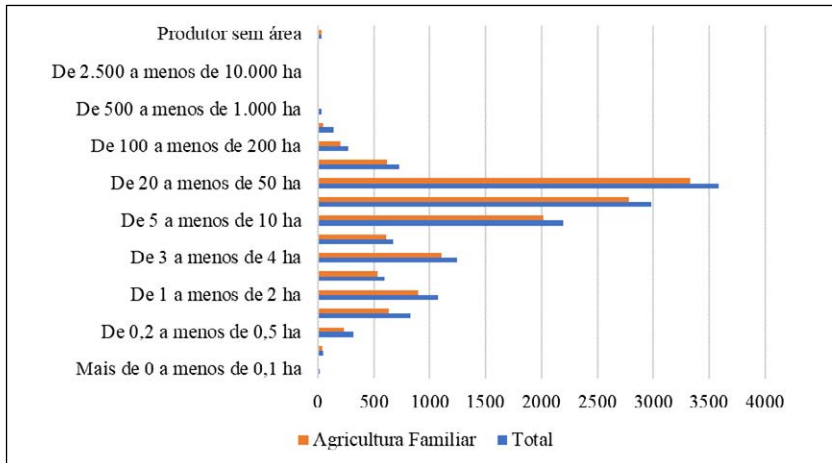
Nas considerações do Alto Sertão Sergipano, passa-se as características geográficas comuns entre os municípios. Segundo Oliveira et. al. (2016), o território é constituído por solos do tipo rasos, pedregosos e secos em decorrência do déficit hídrico; cobertura vegetal constituída por espécies arbóreas e herbáceas do Bioma Caatinga, que tem sido substituída por áreas de pastagem, subsidiando a “Bacia Leiteira do Estado de Sergipe”. Além disso, esse território apresenta lugares atrativos, com valor histórico, tal qual o Monumento Natural Grota do Angico, que compôs a rota do cangaço e local onde Lampião, Maria Bonita e outros nove cangaceiros foram mortos em 1938; além da localização da Usina de Xingó (1987 - 1994), como uma das usinas mais modernas do país e produtoras de ICMS para o estado.

Todavia, esse território de identidade guarda em si a condição histórica de dependência e subordinação ao contexto de ocupação territorial do país e mesmo de Sergipe. Sua condição natural respalda a funcionalidade estrutural da pobreza, justificada na instalação histórica de latifúndios pastoris, na sedimentação de uma estrutura social rígida e excludente, na fraca capacidade geradora de renda, alta conexão com programas transferidores de renda e na baixa ação do Estado na promoção de melhorias na condição de bem estar social.

Na atualidade, esse território persiste com grande número de estabelecimentos com área latifundiária, que exprime a condição histórica (Figura 08). Mas que vem sofrendo mudanças, sobretudo com a divisão de áreas por condição de herança familiar e mesmo, repasse da terra a outros produtores, que têm migrado para a região com a retórica de trabalhar com o “ouro branco”. Aspecto que foi atestado em diversas conversas estabelecidas nos municípios que compõem o território, no sentido de retorno de familiares da agropecuária paulista, sobretudo; e de pessoas que,

com o fluxo produtivo, tem saído de outras regiões do nordeste para esses estados. O referido fluxo migratório, apesar de não tão intenso, tem demonstrado que a prática pecuarista tem sido atrativa, no sentido de ser menos exaustiva que a agricultura.

Figura 08 – Número de estabelecimentos por área no Alto Sertão Sergipano (2017)



Fonte: IBGE (2017).

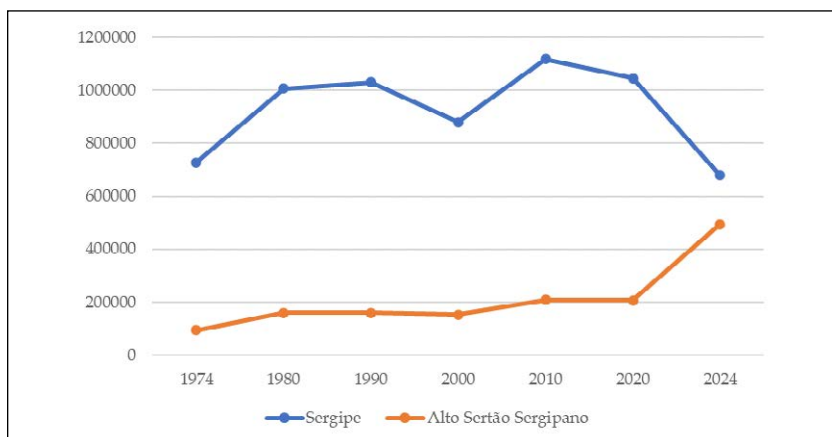
A distribuição de área agrária no Alto Sertão Sergipano se mostra expressiva no quesito agricultura familiar, em que os estabelecimentos vão de 0,1 hectare a 200 hectares, com representatividade acima de 70% das unidades. Todavia, em áreas cujos estabelecimentos estão acima de 200 hectares a força da Agricultura Familiar cai para 35%, demonstrando que acima disso, a condição patronal ainda é forte, chegando à composição de área de até 10 mil hectares, que se voltam a produção do gado leiteiro, de forma extensiva com definição de áreas de cultivo de milho para silagem e de palma para alimentação dos animais.

A referida condição fundiária sofre relevantes alterações a partir da década de 1980, quando sofreu mudanças espaciais ge-

radas pela crise do algodão, ocasionada pela concorrência com outras áreas produtoras em função dos preços e estragos causados pela praga *Anthonomus grandis*, conhecida como Bicudo (Subrinho e Lacerda, S/A, p. 09). Entre as mudanças, está o fortalecimento da atividade pecuarista leiteira, que mesmo sendo historicamente produzida, voltava-se a substância das unidades familiares, ganhando conotação com a criação de uma cadeia produtiva que se fortalece baseada não somente no leite *in natura*, mas na produção de derivados em escala manufatureira e industrial nesse território.

Nessa vertente, é interessante frisar os estímulos estatais a partir de programas institucionais, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que colaborou, mediante microcrédito orientado e outras modalidades do Programa, com a vocação pecuarista, que aliada a incentivos prol industrialização, contribuíram decisivamente para a ampliação da cadeia produtiva do leite no Território do Alto Sertão (Figura 09).

Figura 09 -Evolução da pecuária bovina em Sergipe e no Território do Alto Sertão Sergipano (1974-2023).



Fonte: Dados do IBGE (1974-2023).

Nesse território fica evidente a constância produtiva do leite, quase sempre com acréscimos produtivos, mesmo diante de períodos edafoclimáticos desfavoráveis à atividade. Os dados atestam que a pecuária leiteira está enraizada na cultura local, tendo sido um aspecto aproveitado por empresários locais e nacionais na edificação das agroindústrias beneficiadoras desse insumo. Soma-se a isso, o fato da produção ser sempre crescente, saindo em 1974 dos 94.049mil litros para 494.660 mil litros em 2024, ou seja, um acréscimo de aproximadamente 425%; ao passo, que tanto no contexto brasileiro, quanto no sergipano, a produção leiteira de forma totalizadora decresceu em respectivamente 61,35% e 6,7%.

Pelos dados do IBGE (1970-2024) é possível validar que a atividade pecuarista cresceu na ordem de 85,4% no estado, enquanto no território, 157,3%. Do mesmo modo, o território ganhou margem produtiva, a partir de dados de vacas ordenhadas, que cresceu respectivamente em 537,7% (IBGE, 1974-2024) (Tabela 03). Essa produção também teve agregação de valor, que pode significar valorização do produto na esfera local, mas alicerçado principalmente no aumento produtivo e nas condições de produção, que contou com melhorias genéticas e alimentares.

Tabela 03- Evolução da produção de Leite em Sergipe e no Alto Sertão Sergipano (1974-2024).

	1974	2024	Varição %
Brasil	92495364	35743862	-61,35
Sergipe	727414	678508	-6,7
Alto Sertão Sergipano	94049	494660	425,9

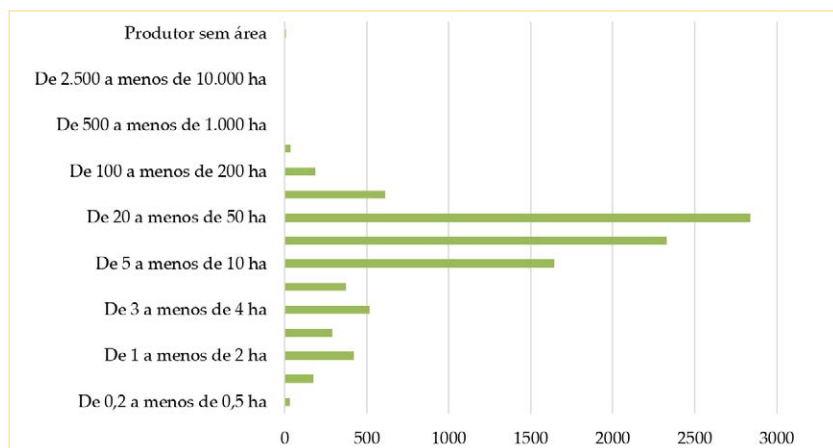
Fonte: IBGE (1974-2024).

A evolução desse quadro produtivo, que aliada as chamadas políticas de Arranjo Produtivos Locais (APL), adotadas pelo Esta-

do de Sergipe desde 2007, vem primando pelo fortalecimento de atividades econômicas que sejam tradicionais na dada localidade. Une-se a essa condição pecuarista o APL do Leite, que é sinalizado pelo crescimento produtivo desse alimento no território (Sedetec, 2008).

No Censo Agropecuário (2017), o IBGE pontuou que 8.848 estabelecimentos produziam leite de vaca no Alto Sertão Sergipano, dos quais 93,4% eram classificados como de agricultura familiar. Cabe salientar que, mesmo em percentual pequeno, as menores unidades familiares de produção também estão inseridas dentro do circuito produtivo do leite, fato atestado em 19,2% das unidades, que agregam menos de 5 hectares de terra. Todavia, a maior parte das unidades produtivas familiares que produzem leite, possuem de 10 a 50 hectares, que representam no conjunto produtivo, cerca de 72% das unidades (Figura 10).

Figura 10 - Distribuição de unidades familiares produtivas de leite no Alto Sertão Sergipano (2017).

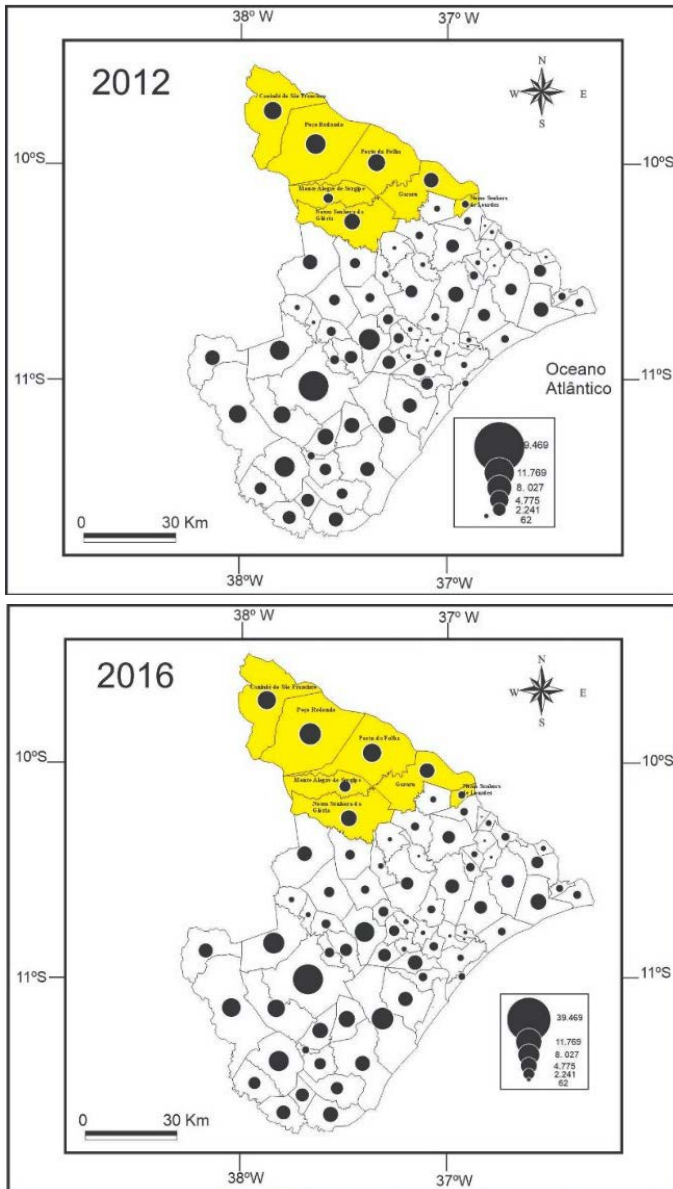


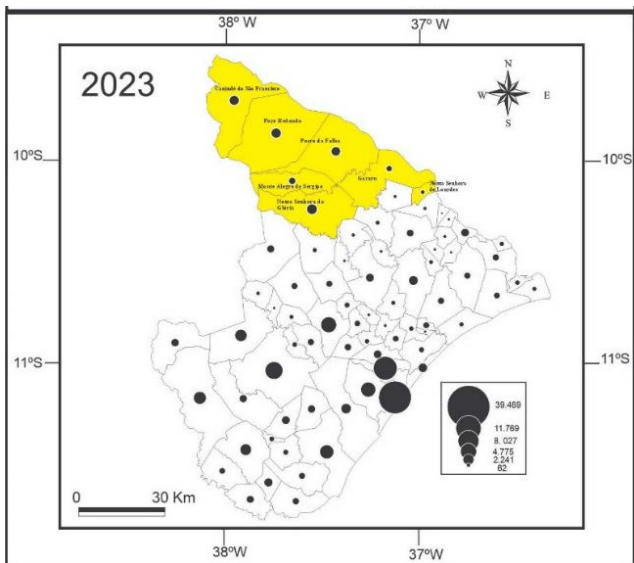
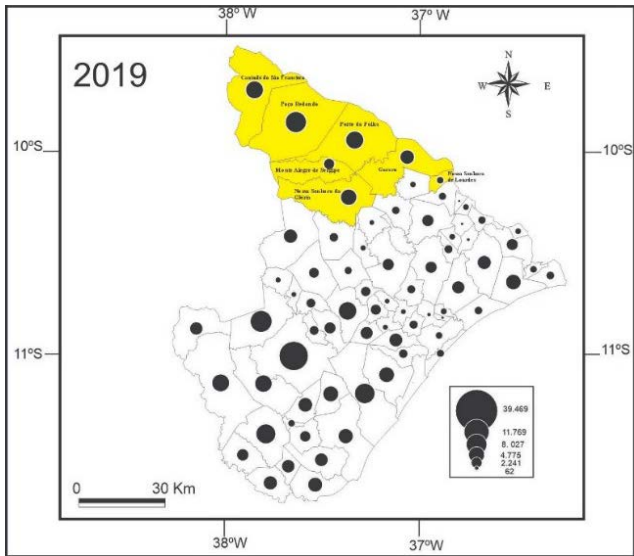
Fonte: Censo Agropecuário (2017).

É importante levar em consideração, que as pequenas unidades produtivas não se dedicam apenas a produção bovina. Estas se unem a outras atividades, como forma de suprir a sobrevivência familiar periodicamente. Nesse contexto, a produção suína tem alcançado destaque, com absorção de suprimentos gerados pela cadeia produtiva do leite (soro do leite utilizado para alimentar porcos); assim como, a produção de silagem (a partir do milho) e palma, que diminuem os custos produtivos da pecuária nas unidades familiares com a compra de ração, além de representarem reserva de valor no caso de necessidade de venda.

Todavia, além da produção pecuarista do leite, algumas políticas públicas têm sido significativas no campo no sentido produtivo e, mesmo mantedoras da população no seu local de origem, à exemplo do CadÚnico. Esta política tem forte representatividade no território, com acesso pelas populações rurais, nos últimos anos (Figura 11), crescendo na ordem de 12,8% entre 2012 e 2023 (MDS, 2024). Integrado a esta, a condição da aposentadoria rural, como também, a aposentadoria por tempo de trabalho de pessoas que abdicaram da vida urbana e realizaram a migração de retorno, coloca-se como fator importante na manutenção do sertanejo no campo. Os respectivos recursos condicionam melhorias de vida, no sentido de bem estar socioambiental e de renda com a variação produtiva que a unidade pode fornecer.

Figura 11 – CadÚnico em Sergipe: evolução distributiva no Alto Sertão de Sergipe (2012-2023)

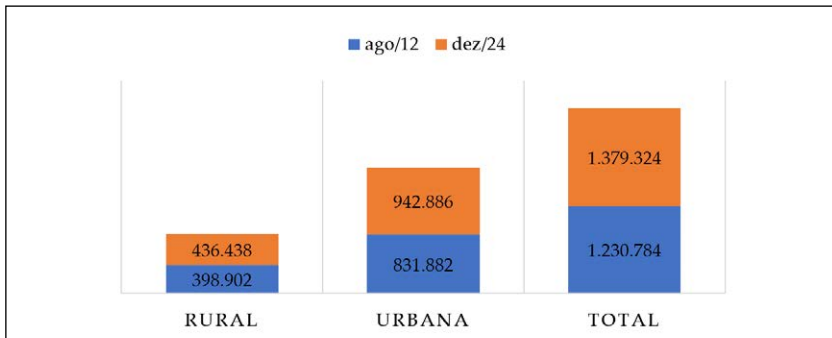




Fonte: MDS (2024).

Os dados do CadÚnico espacializados em Sergipe demonstraram a importância dessa iniciativa estatal, ao dispor de vários programas em atendimento às demandas sociais, a exemplo do Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Tarifa Social de Energia Elétrica, Carteira do Idoso, Identidade Jovem (ID Jovem), isenção de taxas em concursos públicos, entre outros. Os indivíduos são credenciados e distribuídos em legendas ordenadas por situação de renda, baixa renda e com renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Os dados de 2012 a 2024 evidenciaram que apesar do número de beneficiários ter aumentado (12%), o referido programa não apresenta descontinuidade, o que contribui para amenizar as carências socioespaciais no campo sergipano, que mesmo com população variando, manteve crescimento no número de benefícios em 9,4%, por exemplo (Figura 12).

Figura 12 – Número de pessoas beneficiadas no CadÚnico em Sergipe (2012-2024).



Fonte: Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único (2012-2024).

Com vista aos dados da Secretaria de Avaliação Gestão da Informação e Cadastro Único (2012-2024), correlacionado aos dados de Produção Municipal e do IBGE (1974-2024) é possível notificar melhorias no campo do Alto Sertão Sergipano. Além disso, em visita recente à localidade foi comprovado a associação

dessas políticas sociais, junto à correlação trabalho e terra tem contribuído para a geração de renda produtiva motivada pela criação de gado leiteiro, que abstrai na atualidade a ilusão do migrar para o sudeste do país (Figura 13). Além disso, em 2010, os municípios que compõem o Alto Sertão Sergipano apresentavam Índice de Gini similares, variando de 0,61 no município de Gararu; a 0,52 no município de Nossa Senhora da Glória (PNUD, 2022), que evidenciou o índice de desigualdade na distribuição de renda, abaixo do índice de Sergipe, que ficava em 0,61.

Figura 13- Unidade Familiares produtivas do Alto Sertão Sergipano (Set/2025).



Fonte: Autores (2025).

Todavia, em termos de condição de renda e vulnerabilidade em Sergipe, foi possível observar pelos dados do PNUD (2022), referentes ao ano de 2017, que a renda média per capita do Estado ficava em R\$516,97, sendo o salário mínimo no valor de R\$937,00, cujo valor diário ficava em R\$31,26. Nesse contexto, o valor de renda per capita entre os extremamente pobres de 2017 chegava a R\$36,67, o dos pobres ficava em R\$72,00 e o dos vulneráveis à pobreza, em R\$131,17. Neste contexto, o programa Bolsa Família distribuía o valor médio per capita de R\$151,95, que potencializou a luta contra a miséria (Tabela 04). Essa condição também é expressa para os municípios do Alto Sertão, que apresentou uma renda média no setor formal (PNUD, 2017) de R\$1.283,75, sen-

do que a média transferida pelo programa Bolsa Família, variou entre R\$234,88 em Nossa Senhora de Lourdes à R\$327,28 em Monte Alegre de Sergipe, sem desconsiderar os percentuais de transferência do Programa às famílias em condições de extrema pobreza e a vulnerabilidade à pobreza (Tabela 05). Estes dados dimensionam como programas sociais como o Bolsa Família apresentam importância dentro do CadÚnico, no sentido de combate à miséria social do país e em Sergipe, em específico no Alto Sertão Sergipano, ao distribuir renda junto às populações, que não conseguem mediante seu trabalho ter o básico para sobreviver.

Tabela 04 – Dados de rendimento e vulnerabilidade social nos municípios do Alto Sertão Sergipano (2017)

Territorialidades	Rendimento médio no setor formal 2017	Transferência per capita do Bolsa Família 2017	% de extremamente pobres no Cadastro Único pós Bolsa Família 2017	% de pobres no Cadastro Único pós Bolsa Família 2017	% de vulneráveis à pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família 2017	% de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família 2017
Brasil	1812,4	89,77	33,2	67,08	83,88	66,12
Sergipe	1569,59	151,95	38,65	78,43	90,4	76,27
Canindé de São Francisco (SE)	1411,98	254,82	50,69	85,64	93,72	80,95
Gararu (SE)	1335,23	304,59	31,07	85,56	94,15	87,06
Monte Alegre de Sergipe (SE)	1148,96	327,28	63,17	91,13	95,24	88,73
Nossa Senhora da Glória (SE)	1076,83	241,21	59,62	89,41	93,78	87,09
Nossa Senhora de Lourdes (SE)	880,65	234,88	53,84	80,56	90,38	77,24
Poço Redondo (SE)	1655,07	319,73	25,77	86,57	94,89	87,19
Porto da Folha (SE)	1191,72	305,94	49,26	91,18	96,94	87,61

Fonte: Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

O PNUD Brasil (2022) divulgou também a correlação de da-

dos do CadÚnico com o acesso a serviços básicos, e validou que muitos beneficiários do programa ainda não têm acesso a esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo (tabela 05). Este fato expõe a condição social à de valorização espacial, em que muitos indivíduos carentes de condição financeira tendem a ocupar espaços desprovidos da interferência do Estado, no sentido de agregação de infraestruturas, as quais são previstas na Constituição Cidadã do Brasil (CF, 1988) e revalidada no Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020). Diante disso, cerca de 17,9% dos beneficiários do CadÚnico no Alto Sertão Sergipano ainda não possuem abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados (2017). Fato que se faz preocupante, sobretudo em relação a água, em função da principal fonte abastecedora de Sergipe ser o Rio São Francisco, que margeia grande parte do norte dos municípios que compõem esse território. Condição que também se fez preocupante e informada por grande número de técnicos agropecuários em relação a falta de condições hídricas para sobrevivência e para desenvolvimento da agricultura nesses municípios.

Na conjuntura produtiva, dados catalogados junto a entidades de ATER'S e mesmo, das Secretarias de Agricultura e de Ação Social de diversos municípios do Alto Sertão Sergipano, visitados no ano de 2024-2026, evidenciaram que a condição produtiva do leite deu outra significação para as localidades, sendo responsável por considerável diminuição da pobreza rural. Muitos dos técnicos dessas instituições entendem que a pobreza rural, como ocorrida em décadas passadas, com fome extrema, já não se faz significativa no sertão sergipano, pois por menor que seja a renda que as unidades tenham, elas conseguem, via políticas públicas, sobreviverem. Tal fato é referendado em Porto da Folha, quando um dos representantes locais informa que ainda há cerca de 1%

da população rural vivendo em situação delicada, não em função de fome extrema ou de ausência de terra para o trabalho, mas em função de aplicação de suas rendas em atividades que não suscitem benefício individual nem social, junto as famílias.

Tabela 05 – Dados de pessoas inscritas no CadÚnico com acesso a infraestrutura básica nos municípios do Alto Sertão de Sergipe (2017).

Territorialidades	% de pessoas inscritas no Cadastro Único sem abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados 2017	% de pessoas inscritas no Cadastro Único sem abastecimento de água adequado 2017	% de pessoas inscritas no Cadastro Único sem esgotamento sanitário adequado 2017	% de pessoas inscritas no Cadastro Único sem coleta de lixo adequada 2017	% de pessoas inscritas no Cadastro Único sem abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequados 2017
Brasil	13,72	27,43	40,81	20,7	13,72
Sergipe	10,52	28,18	48,26	19,67	10,52
Canindé de São Francisco (SE)	20,23	40,81	53,21	35,51	20,23
Gararu (SE)	33,44	38,21	96,26	60,78	33,44
Monte Alegre de Sergipe (SE)	17,25	36,94	46,36	38,01	17,25
Nossa Senhora da Glória (SE)	9,12	13,13	76,9	33,96	9,12
Nossa Senhora de Lourdes (SE)	5,14	17,38	83,5	21,56	5,14
Poço Redondo (SE)	23,5	33,7	60,45	46,31	23,5
Porto da Folha (SE)	17,2	27,35	41,75	34,74	17,2

Fonte: Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Por esse contexto, os próprios agricultores locais informaram que a condição de fome já não existe, mas que a pobreza rural ainda é visível na ausência de infraestruturas devidas nas unidades, nas condições sanitárias, logísticas e de circulação, além de acesso à saúde e educação mais específica para o cam-

po. Todavia, muitos desses têm renda alicerçada na produção da vaca leiteira, na produção de milho para silagem e também de palma, que alimentam diretamente a cadeia produtiva do leite e a revenda para outras unidades familiares de produção. A referida condição produtiva pode não ser das melhores, em função da condição ambiental, que não se faz nem um pouco sustentável, em função da geração de metano (CH₄) derivado da fermentação entérica dos ruminantes e do manejo de dejetos e da degradação ambiental que provoca a perda de biodiversidade e aumento da erosão do solo (Embrapa, 2020); mas, que localmente, tem sido trabalhada na perspectiva de reutilização dos rejeitos produtivos em outras cadeias econômicas.

Somadas a isso, referende-se o subjuço comercial de pequenos agricultores à cadeia de processamento do leite junto a fabriquetas e agroindústrias consolidadas, que fixam o valor pago por litro. Apesar disso, muitos pequenos agricultores valorizam, por ser renda certa e importante no sanar das pendências da unidade e na própria sobrevivência da família. Segundo Nascimento (2025, p. 117) para esses a produção do leite é um “[...]fator cultural na sustentação da atividade produtiva, fazendo da tradição o sustentáculo da permanência do agricultor familiar no campo”. Contudo, contraditoriamente, muitos informam que o valor pago, por vezes, não supre nem mesmo o gasto com a manutenção do gado local, que depende de ração e de manejos, por vezes de mão de obra diarista, em virtude da falta de assistência do Estado em suprir aspectos básicos nessa cadeia.

Nesse contexto socioeconômico, muito da produção leiteira de pequenos estabelecimentos familiares do Alto Sertão, a exemplo de Santa Rosa do Ermínio (Poço Redondo), subsidia o título de “Capital do Leite” de Sergipe ao município de Nossa Senhora da Glória, ao processar cerca de 2 milhões de litros de leite por mês,

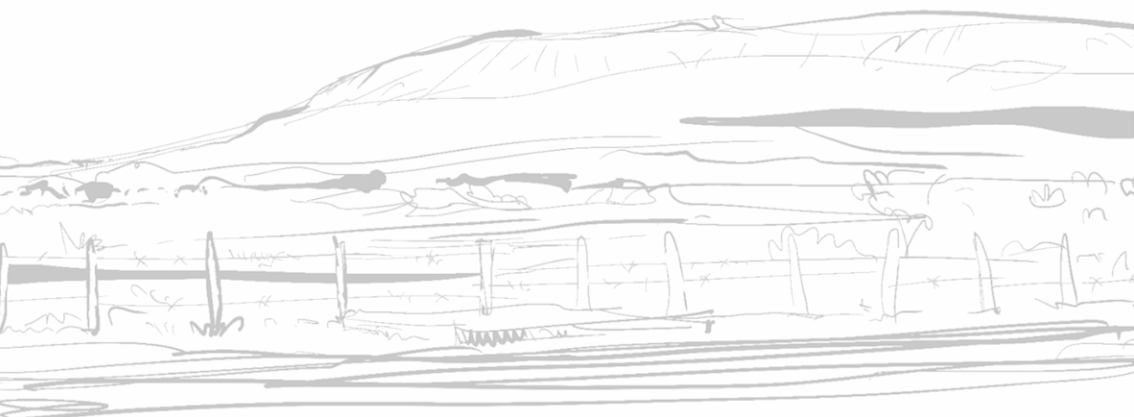
distribuídos sobretudo entre 11 agroindústrias (SEMMA, 2025). Essa produção agroindustrial tem impulsionado ações do Estado local no intuito de auxiliar a atividade da agricultura familiar e manter a estrutura processadora posta, com programas como: 1- Semente do Futuro, que distribuiu mais de 200 toneladas de sementes de milho e 640 mil raquetes de palmas; 2- Melhoramento Genético, com inseminação artificial; e, 3- Kit de ordenha (Emdagro, 2025).

Além disso, o estado de Sergipe promove o Programa Mão Amiga Bacia Leiteira, que assiste pequenos agricultores com quatro parcelas de R\$250,00 com linha de crédito rural do próprio estado, desconsiderando o total de execução do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); implemento do Programa de Aquisição de Alimentos Leite (PAA Leite) e, com a promessa da construção de uma adutora do leite, que deve beneficiar pequenos agricultores em municípios como Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória e Monte Alegre de Sergipe. Estas ações têm subordinado os agricultores a lógica da cadeia produtiva do leite, mediante sobretudo dependência de crédito bancário e repasses de recursos assistenciais a essa atividade (Emdagro, 2025).

Os referidos aspectos são interessantes, mas além de não assistir a totalidade dos pequenos agricultores, se faz necessário mais ações para fortalecer a condição produtiva do leite, de forma sustentável, no Alto Sertão Sergipano, perpassando principalmente a condição de assistência técnica. Muitas das entidades de ATER nos municípios visitados só contam com um técnico, que é chefe de si próprio e, por conseguinte, não consegue trabalhar em prol de assistir as demandas dos pequenos agricultores. Aliado a essa condição, muitos desses técnicos já têm idade de aposentadoria e ainda não a executaram, em função do compromisso para com o

local que os acolheram e, conseqüentemente para com seu próprio trabalho. Outro detalhe, é a condição das gestões municipais, que informam não possuírem recursos suficientes para lutar, por exemplo, contra a escassez de água nas comunidades produtoras de gado. Municípios como Poço Redondo informam que se utilizam de carros pipas e, demandam maior apoio, para assistir agricultores familiares pobres que não conseguem comprar água para suprir suas unidades produtivas, haja vista o valor dos mesmos variar entre R\$150,00 a R\$500,00, em função das distâncias a serem percorridas. Situação que perfaz uma enorme contradição, pois o Rio São Francisco, maior provedor de água para esses carros, margear todos os municípios que perfazem essa região.

Deste modo, a produção do leite no Alto Sertão sergipano tem funcionalidade positiva, na geração de renda para inúmeras unidades familiares, mesmo que de forma subjugada às demandas de unidades processadoras. Nesse contexto, pelo trabalho de campo executado, o que se pode demarcar é que essa atividade ofereceu outro sentido ao Sertão sergipano, mantendo a população no campo; reconquistando a confiança em localidades de origem; recriando migrações de retorno; e, definindo novos campos de formação e trabalho, a exemplo das instituições de ensino superior que aí se instalaram com a finalidade de potencializar esses municípios. Contudo, é visível os danos que têm sido ocasionados em termos ambientais, e que o Estado precisa ter mais força de atuação em assistir os agricultores, com práticas produtivas e sustentáveis, que mantenham a qualidade socioambiental de vida nas comunidades rurais.



A CONDIÇÃO DA POBREZA RURAL PELOS OLHOS DO AGRICULTOR FAMILIAR SERTANEJO EM SERGIPE

A pobreza rural não é uma posição social, mas sim uma condição, que apesar de não tão danosa em relação aos números, é ainda evidente em vários municípios Sertanejos de Sergipe. Conforme Rolim, et. al. (2009), a pobreza é em Sergipe multifacetada, precisando avaliar uma série de aspectos determinantes, para poder demonstrar a existência dessa condição. A partir disso, traçou-se essa pesquisa empírica, vislumbrando a avaliação de dados socioeconômicos, que elucidam a condição da pobreza rural no Alto Sertão Sergipano.

Nessa lógica, inicia-se o trabalho traçando a trajetória da estrutura agrária sergipana, que segundo Nunes (1989) foi historicamente demarcada pela concentração fundiária pastoril, que reflete a permanência de modelos excludentes. Ainda assim, podemos demarcar as resistências e reconfigurações espaciais impulsionadas por movimentos sociais e políticas públicas que mantêm o pequeno agricultor no campo, mesmo diante das dificuldades.

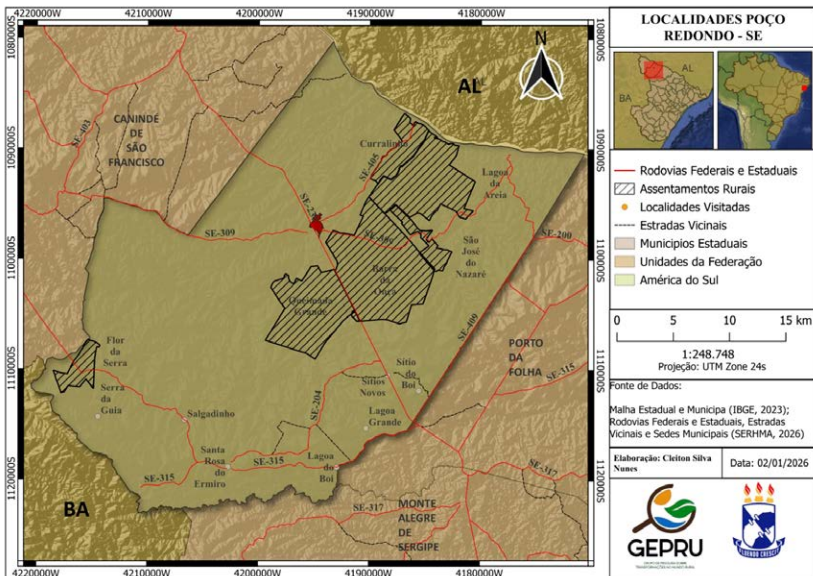
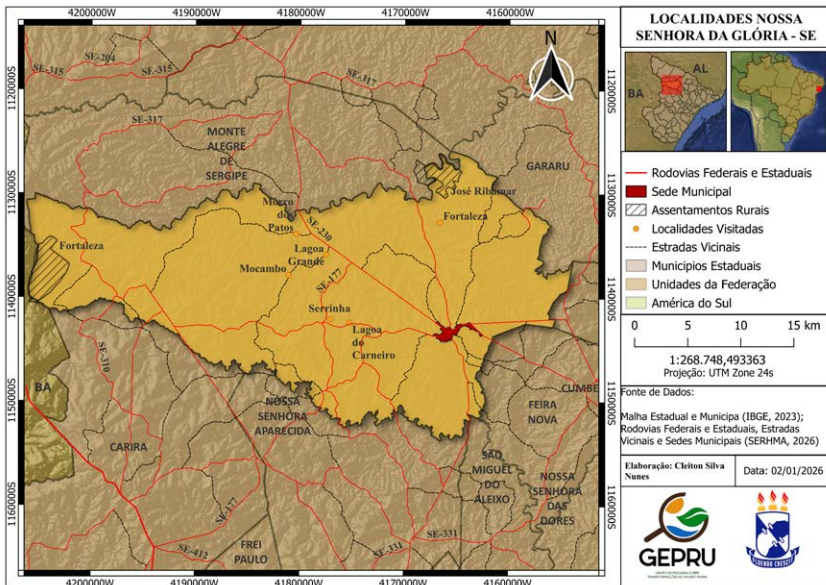
Embora tenha perdido parte de seu protagonismo em períodos históricos, a exemplo da década de 1980 a 2000, a pecuária vem sendo retomada e agrega no presente momento posição de importância econômica para Sergipe, principalmente no Alto Sertão Sergipano, sendo fundamental, inclusive, para a formação e consolidação de núcleos urbanos, uma das suas principais consequências socioespaciais. A pecuária transforma-se na medida

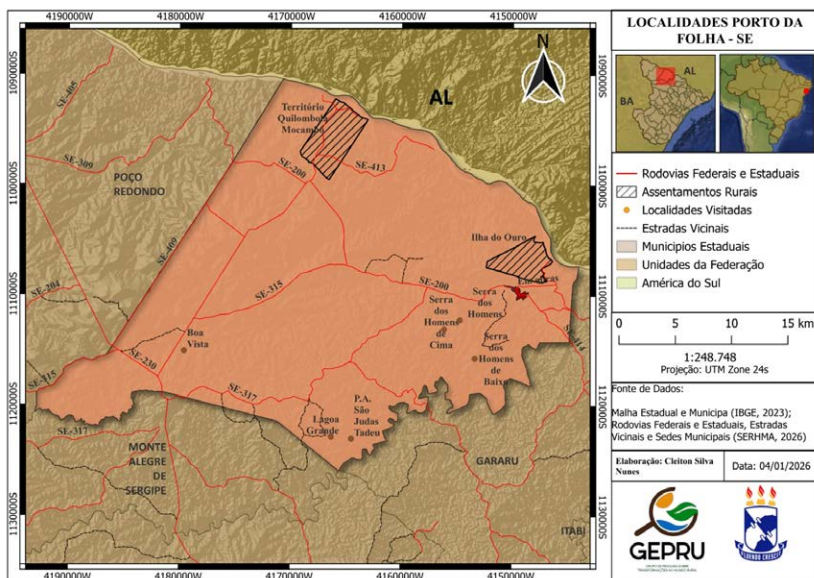
em que o espaço geográfico sergipano também se transforma, paulatinamente se adaptando às novas e arcaicas características do capitalismo interno e internacional, em posição de exploração, submissão e lucratividade (Nunes, 1989).

Neste contexto, a partir da década de 2000, esse território ganha mudanças socioespaciais integradas a produção leiteira, que condicionará um processo de industrialização e com ela, mudanças na “[...] estrutura produtiva, no mercado de trabalho e na composição da renda” (Oliveira, 2012, p. 15). Perante o exposto, a população rural passa a agregar conhecimento de causa quanto às políticas públicas e buscado se adequar as mesmas. Fato que corrobora para a manutenção social no campo e também para a sedimentação de melhorias em termos de sobrevivência, mesmo diante de condições sistêmicas adversas e contraditórias.

Sendo assim, o trabalho de campo junto as unidades familiares produtivas no Alto Sertão Sergipano se fez essencial no sentido de visualizar mais de perto, qual seria a condição de vida dos agricultores sertanejos, suas demandas produtivas e como se comporta a questão da pobreza rural. A pesquisa alcançou 60 agricultores de forma direta, com aplicação de questionários, nas seguinte localidades: 7 povoados/comunidades em Nossa Senhora da Glória (P.A. Mocambo, Lagoa do Carneiro, Lagoa Grande, P.A. José Ribamar, P.A. Fortaleza, Serrinha e Morro do Pato); 14 em Poço Redondo (P.A. Flor da Serra, P.A. Bela vista, Serra da Guia, Salgadinho, P.A. Queimada Grande, Santa Rosa do Ermírio, Lagoa do Boi, Boa Vista, P.A. Curralinho, P.A. São José do Nazaré, P.A. Barra da Onça, P.A. Lagoa da Areia, Sítios Novos e Lagoa Grande); e 13 em Porto da Folha (Lagoa Grande, Boa Vista, Mocambo, P.A. São Judas Tadeu, Serrinha, P.A. Ilha do Ouro, Serra dos Homens, Serra dos Homens de Baixo, Serra dos Homens de Cima, Povoado João Pereira, Corões, Vila Rica e Querobinha.) (Figura 14). Por meio das visitas e dos questionários aplicados foi possível observar:

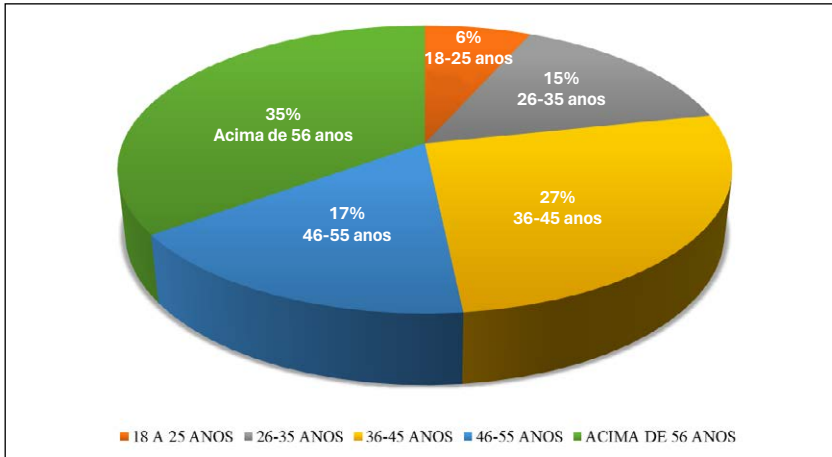
Figura 14 – Localização das Comunidades visitadas em trabalho de campo (2024-2026).





1 - A maior parte dos gestores das unidades produtivas pesquisadas tem idades acima de 56 anos (35%), seguidos de pessoas com idades variando entre 18 e 55 anos (65%), sendo que 82% informaram ter estado civil de casados e 91,6% informarem ter filhos, cuja média por família questionada foi de 2,8, muito menor do que gerações anteriores (Figura 15). Os referidos dados mostram que no Alto Sertão ainda há a presença de jovens que acreditam no campo e consequentemente dão continuidade as atividades realizadas pelos seus antepassados, com intuito de sobreviver e sustentar a família, mas já com um viés educacional mais avançado.

Figura 15 – Faixa etária dos questionados



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

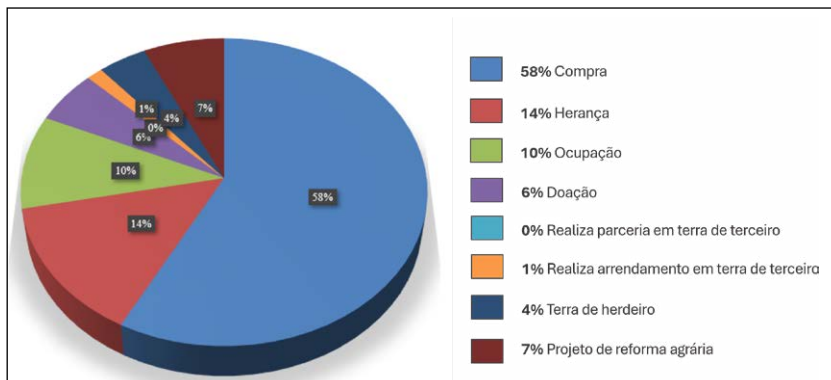
Todavia, quando observado por realidade local, valida-se que municípios como Nossa Senhora da Glória já apresenta alterações na faixa etária, que pode estar sendo ocasionada pela atratividade de diferentes formas de emprego imposta pelo desenvolvimento urbano, advindo também da instalação de agroindústrias nas proximidades. Neste contexto, a maior parte da população rural tem estado com idades acima dos 36 anos, atestando o envelhecimento rural, situação também referendada por técnicos agropecuários das entidades prestadoras de assistência técnica no município. Ao passo que nos municípios de Poço Redondo e Porto da Folha já se observa uma melhor distribuição etária, inclusive com maior número de jovens lidando com a condição do rural, que pode ser respaldado na oportunidade que o leite tem gerado e mesmo, na forma que os movimentos sociais têm se refletido nos municípios.

Quanto ao contexto educacional, foi forte o número de pessoas com Ensino Fundamental Menor e Analfabetos em res-

pectivamente 25% e 27%, isso correlacionado sobretudo entre os com faixa etária acima dos 36 anos. Os jovens já têm apresentado uma condição educacional melhor, agregando desde o Ensino Fundamental completo, Ensino Médio e, mesmo, Ensino Superior. Condição que já demonstra melhorias nas condições socioeducativas, visto que a décadas atrás se fazia irrisória a preocupação com o saber ler e escrever, em que o foco se encontrava na necessidade do trabalho como retórica de sobrevivência. Isso pode ser justificado nas mudanças das leis nacionais, mas também, na existência de programas sociais, como o Bolsa Família, que se fez presente em quase 30% das unidades; e, mesmo, na esperança da educação ofertar melhor expectativa e condição de vida; como também, no sentido de o processo formativo contribuir para com seu local de origem, como visualizado junto a uma docente no município de Porto da Folha, que ao se formar retorna a sua comunidade para lutar pela educação de crianças locais.

2 - Em termos de posse da terra e infraestruturas existentes, 95% dos questionados informaram ser proprietários de sua terra, que advieram sobretudo da compra (58%), de herança (14%), de ocupação (10%) e, por conseguinte, do processo de reforma agrária, entre outros (Figura 16). Nesses estabelecimentos, 15% não possuem residências para família, perfazendo apenas área de trabalho, sendo que desse percentual, parte mora na sede da comunidade local, em outra comunidade, em quilombos, como ocorre fortemente em Poço Redondo e Porto da Folha; ou mesmo, na sede municipal, comum à Nossa Senhora da Glória.

Figura 16 – Condição de aquisição da propriedade da terra no Alto Sertão Sergipano



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

Em termos de infraestrutura na unidade residencial, os questionados apontaram que: 98,3% possuem energia elétrica em suas residências; ao passo que a condição de abastecimento de água se distribuiu em 38% demandando água de cisternas, 38% de carros pipas, 13% de poços artesianos e 11% dependendo da concessionária sergipana. Em relação à concessionária local, foi unânime entre os “beneficiários”, que informaram pagar a conta mensal sem receber água com regularidade, sendo obrigados a acessarem carros pipas ou outros meios de acesso a esse bem necessário à vida.

Os agricultores familiares com os quais foi mantido contato concordaram em assinalar a ausência de água como principal empecilho ao desenvolvimento dos municípios, já que foram obrigados a tirar do baixo orçamento familiar, recursos mensais para a compra de água para a sobrevivência pessoal e animal. Fato refletido em povoados de relevo irregular, mas com vista para o rio São Francisco, em Porto da Folha, por exemplo (Figura 17). Além disso, condições como ausência de fossa séptica e de residências ainda em condições delicadas, de taipa, demonstra-

ram que 1% da população local rural deste município, ainda se mantém em condições de pobreza extrema, conforme relatou ente institucional. Outro detalhe destacado foi a presença de inúmeros idosos solitários, por vezes sem nenhum auxílio familiar, pois a maior parte dos filhos moram na sede ou na capital, o que dificulta a continuidade de gerações no campo.

Figura 17 – Condições socioespaciais das unidades produtiva em Porto da Folha (2025).



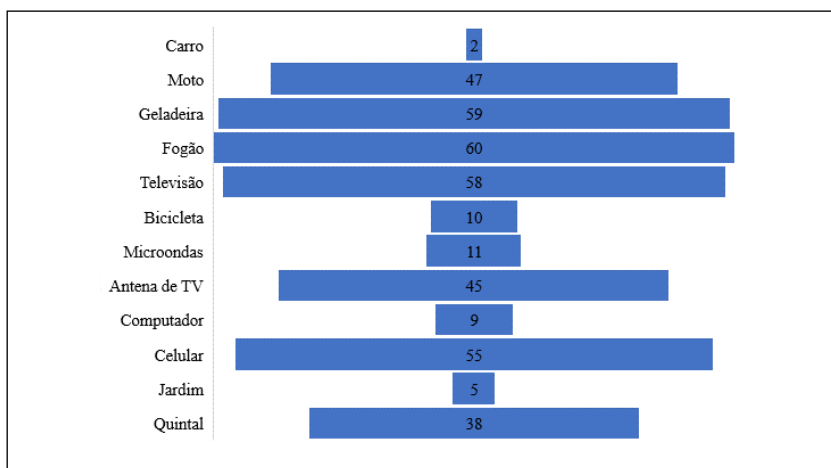
Fonte: Carvalho (2025).

Voltando a condição do escoamento sanitário, 55% dos entrevistados informaram contar com fossa comum rudimentar, 28,3% tinham fossa séptica, 6,7% contavam com a ação da rede pública e 10% consideraram outra forma, isto é, na unidade não havia nenhum tipo de infraestrutura do tipo, ou seja, não agregavam residência. Apesar disso, 59 dos questionados informaram morar em casa de alvenaria, quando em campo fora visualizado casas ainda de taipa, que se correlaciona à lógica de segunda residência, isto é, a casa de moradia poder está localizada em outro espaço, como já informado acima. As residências de vivência agregam entre 4 e 6 cômodos (93,3%), ao passo que 6,7% agregariam entre 1 e 2 cômodos.

Em relação à associação de equipamentos e utensílios instalados na residência para geração de bem estar social, os questionados apontaram possuir bens de consumo duráveis como carros, motos, geladeiras, fogões, televisões, antenas, entre outros,

que até pouco tempo se faziam de difícil condição, como computadores, que são na atualidade utilizados pelos filhos no sentido de estudo e de controle das condições de trabalho nas unidades produtivas (Figura 18 e 19). Apesar da inserção de equipamentos modernos, ainda se utilizam de itens tradicionais, considerados arcaicos, mas que se fazem patrimônios culturais, principalmente para a locomoção, como o carro de boi, visualizado em diversas comunidades visitadas no Alto Sertão Sergipano.

Figura 18 – Equipamentos e utensílios existentes nas residências rurais do Alto Sertão Sergipano.



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

Figura 19 – Equipamentos locomotivos existentes nas residências rurais do Alto Sertão Sergipano.



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

3 - A condição produtiva do agricultor no Alto Sertão Sergipano se faz diversa e por isso, se fez interessante indagar esse ator social quanto a sua condição de trabalho, produção e renda, que será tratada a partir daqui. Desde já, 50% dos questionados informaram que a terra possuída é suficiente para a família sobreviver e produzir, ao tempo que 48,3% informam que precisariam de mais terra, pois além de muito pequena tem demandado a condição de parceria em terra da família e de amigos. Somente um dos questionados apontou não trabalhar com a terra, preferindo ser profissional liberal, mesmo detendo um estabelecimento agropecuário de 1,2 tarefas.

Na mesma linha, quando perguntados quantas pessoas trabalham na unidade, os entrevistados informaram na totalidade que 139, que daria uma média de 2,3 pessoas por unidade, constituindo-se uma média condizente com a realidade observada, pois normalmente são o gestor da unidade, sua esposa e filhos que labutam de forma direta. Diante disso, 83,3% confirmaram que contam com membros da família, 5% que trabalhavam em parceria, 1,6% como assalariados e 10% trabalhavam de outra forma na peleja da unidade.

Isso se justifica na intensidade do trabalho por períodos do ano, sobretudo no verão, que se faz necessário o uso de mão de obra temporária para o manejo da silagem e outros itens para a alimentação animal; e, por vezes, mas de forma menos intensa, no inverno, em função do plantio do milho e da palma, sendo que neste período as gramíneas, que brotam com as chuvas, se fazem a alimentação direta do gado, não se requerendo assim tanta mão de obra para a lida com os animais. Colocação que foi muito interessante, pois quase sempre, se pensa em volume de trabalho no inverno em função das chuvas serem propícias aos mais variados cultivos. Situação que também demonstra como o meio técnico-científico tem adentrado na condição produtiva do gado e por isso, auxiliado o avatajar produtivo.

Nessa condição produtiva, enumerou-se seis tipos de cultivos que eram tradicionalmente produzidos no sertão sergipano, com vista à subsistência em décadas pretéritas, a saber: feijão, mandioca, aipim, palma, milho e outros. Dessas culturas, o milho é de longe, na atualidade, o que agrega maior ocupação de área e produção, tendo sido comum a 90% das unidades, que conjuntamente totalizaram a ocupação de 865 tarefas, isto é, aproximadamente 262 hectares, que produziram 3.830,6 toneladas, com consumo de 2.395,5 toneladas pela própria unidade, 1.290,9 para outras finalidades, como produção de alimentos residenciais, e 144,2 toneladas comercializadas para variados destinos, que vão desde a escala local à interestadual, chegando a atender demandas de agricultores do município de Arapiraca/AL. O referido cultivo esteve presente em 95% das unidades pesquisadas em Poço Redondo, que ocupou 128 hectares, com produção de 47,9% do total entre os três municípios pesquisados, detendo em termos de consumo 1.787,5 toneladas.

A palma foi um dos itens que fortemente perdeu força na cultura local, quando se observar a lógica de alimentação pecua-

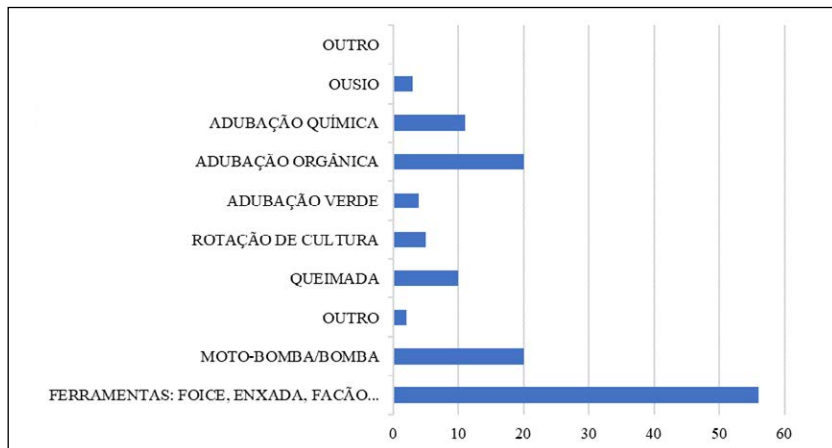
rista. Somente 22 unidades produzem palma (36,6%), sendo Poço Redondo o local com maior intensidade. Nessas unidades, o cultivo ocupa 112 tarefas, isto é, quase 34 hectares, que produzem cerca de 2.643 toneladas, cujo consumo ficou em 2.074 toneladas, sendo que cerca de 150 toneladas foram comercializadas e aproximadamente 419 toneladas se perderam em função de pragas e da própria estiagem, ficando imprópria para o consumo animal. O cultivo esteve presente em 12 unidades de Poço Redondo, ocupando 128 hectares, com produção de 47,9% do total entre os três municípios pesquisados, detendo em termos de consumo 1.787,5 toneladas.

Outro item que sofreu queda produtiva no Sertão, pela sua cultura tradicionalmente popular, foi o feijão. Esse se fizera comum a apenas 18,3% das unidades questionadas, com ocupação de 3,7 hectares, produção de 557,3 toneladas, que contribuíram diretamente para a subsistência familiar, ao tempo que também gerou renda ao ser comercializada nos mercados locais. Outro alimento que adentrou a condição produtiva, em ao menos duas unidades familiares, foi a abóbora, com produção numa área de 0,75 hectares, com produção de 3 toneladas, que abasteciam as unidades locais e, por vezes, revendiam na sede municipal.

Esses cultivos adentram a forma como o pequeno agricultor trabalha, quais as técnicas de conservação que utilizam e formas de uso do solo. Nessa condição os agricultores questionados apontaram se utilizarem de equipamentos tradicionais como foice, enxada, facão (93,3%), seguidos de técnicas também tradicionais, a exemplo da queima (16,6%), da rotação de cultura (8,3%) e pousio (5%). Mas também demonstraram adentrar fortemente ao meio técnico-científico, com uso de incrementos químicos (18,3%) e motobomba (33,3%) (Figura 20). Essa última técnica tem sido visualizada consorciada a outras tecnológicas incrementa-

das pelo Estado, a exemplo das caixas d'água com captação de água das chuvas (Figura 21).

Figura 20 – Técnicas de Conservação/Use do Solo Adotadas na Unidade Produtiva (2026).



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

Figura 21 – Tecnologias de captação de água e caixas d'água nos municípios de Poço Redondo e Nossa Senhora da Glória.



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

Todavia, os estabelecimentos pesquisados também se utilizam de maquinários, como tratores (60%), pulverizadores (21,6%), semeadeiras (18,3%), seguidos de forrageiras (16,6%), arado (16,6%), adubadeira (11,6%), trilhadeira (11,6%), colheitadeira (11,6%) e ca-

pinadeira (3,3%), que reforçam a inserção de inúmeros agricultores familiares a lógica do meio técnico-científico no Alto Sertão Sergipano. Além disso, o uso desses equipamentos tem suscitado outra mudança na produção de renda de muitas unidades familiares, cujos filhos dos gestores, pela condição educativa e de acesso a informação, estão comprando tratores, por vezes financiado, e vendendo horas de trabalho para a produção do milho, que alimenta a prática pecuarista local.

Em relação a atividade pecuarista, 85% informaram que criam animais, demarcados nos grupos dos galináceos, suínos, ovinos e bovinos. Entre os 62% que se dedicam comercialmente a bovinocultura, estes informaram se utilizar de uma área de pouco mais de 400 hectares, que condiciona as criações de forma extensiva, isto é, criada com o gado solto. Todavia, entre pequenos agricultores que informaram ter menos de 1 tarefa foi comum observar a criação de no máximo duas vacas leiteiras e um touro, que sobreviviam fechados, a base de ração e silagem adquirida junto aos vizinhos (Figura 22). Os pesquisados relataram se utilizar para a alimentação dos animais, sobretudo do gado, a palma (66,7%), silagem (58,3%), ração (53,3%), pastagens (20%), entre outras formas, a saber: mamona e restos culturais, que juntos somam quase 10%. Neste contexto alimentar dos animais, verifica-se entre os criadores o estabelecimento de aluguel de pastagens por cabeça a um custo de R\$60,00/mês. Além claro, das unidades que consubstanciavam a criação junto com a produção de milho e palma.

Um outro detalhe que chamou a atenção na prática pecuarista foi a suinocultura efetivada a partir dos suprimentos advindos da agroindústria do leite. Um dos técnicos agropecuários que acompanhou o desenvolvimento dessa pesquisa explicou que parte da industrialização do leite tem gerado soro processado que alimenta o gado e a criação de rebanhos de suínos. Soma-

dos a essas criações tem-se também a criação de galinhas caiquiras, que ofertam ovos (13,3%) e além de suprir as famílias, geram renda imediata às unidades produtivas. Os sujeitos entrevistados informaram que suínos e ovinos são demandados em municípios como Itabaiana; e mesmo, municípios baianos, como Jeremoabo.

Figura 22 – Produção pecuarista no Alto Sertão Sergipano



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

Ainda ligado a questão pecuarista, voltemo-nos ao leite, o “ouro branco” do sertão hoje. Entre esses bovinocultores, 60% informaram produzir leite, cuja quantidade variou entre 100 e 250 litros/dia que, de modo informal, são repassados às agroindústrias instaladas no município de Nossa Senhora da Glória, que no momento da pesquisa pagava R\$2,13 por litro. Nessa condição produtiva, se destaca a comunidade de Santa Rosa do Ermírio, que segundo a Secretaria de Agricultura Municipal de Poço Redondo, produz média de 120mil/dia.

Nesse conjunto produtivo, já há aqueles que produzem só o suficiente para abastecimento familiar. Isso porque os agropecuaristas já se mostraram desmotivados com essa produção em função: 1- do valor pago pela agroindústria receptora; 2-Custo da produção, com a compra dos insumos alimentares; 3- necessidade de água em todas as etapas produtivas e conseqüentemente,

mais um gasto com carro pipa; 4- dificuldade em contratar mão de obra para trabalhar nos horários específicos da retirada do leite e da alimentação do gado; e, 5- dificuldade em gerar renda para sobreviver junto com sua família. Essas condições foram refletidas por inúmeros agricultores que têm abandonado a atividade e se dedicado, por exemplo, a produção de milho, e assim, a produção de silagem e rolão para a comercialização aos pecuaristas locais.

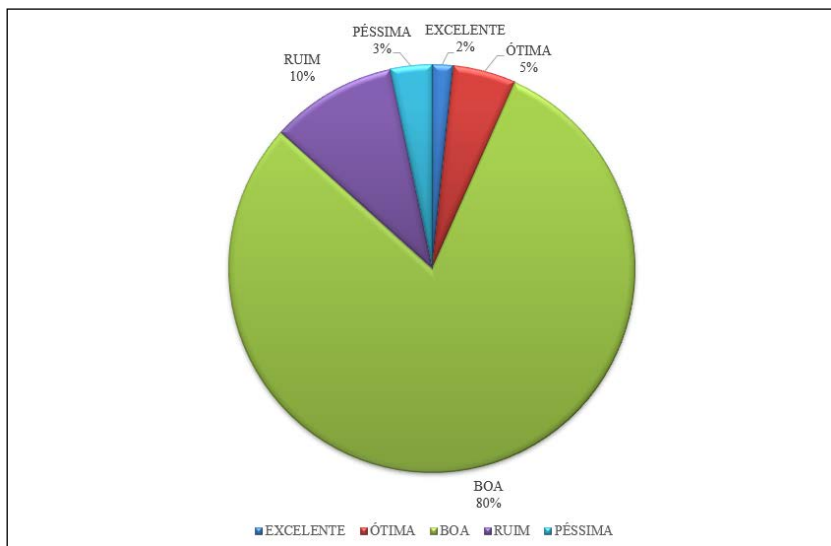
Além disso, some-se também o fato de 85% dos questionados não terem acesso a assistência técnica efetiva dos órgãos públicos, que tem se mostrado bem sucateado em termos de suprimentos físicos e humanos para a referida condição. Entre os que indicam receber algum tipo de assistência, tem sido comum orientações do tipo: técnicas de conservação do solo, de utilização da água, de formas de criar animais, sobre produção de lavouras, controle de pragas, vacinação, entre outros. Todavia, um detalhe que chamou a atenção no quesito de assistência técnica foi a presença de outras entidades atuando nessa conjuntura, a saber: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), técnicos de empresa particular e, até mesmo das agroindústrias locais, no sentido de garantia da qualidade do leite.

A referida condição também adentra a lógica do acesso a financiamentos bancários, em que os questionados informaram em sua maioria não contar com esse auxílio na lógica produtiva (56,7%), por medo de endividamento e perda de seu maior bem, que é a terra, como fonte de sustento da família. Contudo, entre os 43,3% que contam com algum tipo de financiamento, a maior parte beneficiária do Agroamigo, referenda que esse auxílio dá sustentação à criação pecuarista, pois no Sertão sobretudo, ter sido incentivado, pela lógica leiteira, a compra de vacas e, conseqüentemente, o pagamento do contrato mediante venda do

rebenito. No mais, 18,3% informaram realizar cadastro no seguro safra, como forma de assegurar a condição produtiva. Esses aspectos demonstram que os agricultores locais estão atentos às políticas públicas que podem contribuir diretamente para com a sua sobrevivência, apesar de a insegurança quanto aos benefícios delas ainda serem muito fortes. Fato que se fez evidente principalmente entre aqueles cuja condição educacional é das mais frágeis.

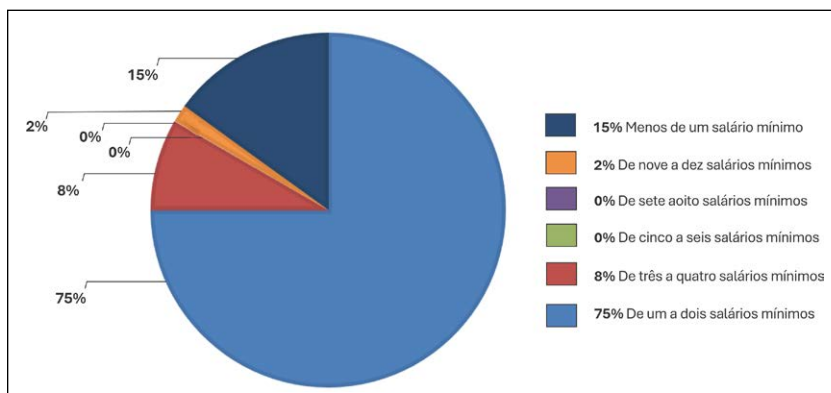
4 - Condição financeira das famílias: a partir do retrato visualizado na condição produtiva das unidades, cujo gestor passou pela entrevista/questionário, demonstrou-se que a maior parte da renda da família advém da atividade pecuária (46,6%), seguidos ou conjugados com a agricultura, indicada por 33,3% como promotora de renda, 26,6% indicaram o beneficiamento do leite e 8,3% o processamento do milho, além de outras condições de trabalho, como de professora (caso da esposa), em fábricas, aposentadorias rurais, construção civil, entre outras formas. E quando perguntados sobre o que achavam de sua condição financeira, 80% a pontuaram como boa (Figura 23), informando terem renda variando, sobretudo, entre menos de um salário e dois salários mínimos (90%), mas, também, com unidades agregando valores de até quatro salários mínimos (8%) e um caso isolado que relatou ter renda de até dez salários (2%) (Figura 24).

Figura 23 – Reflexo sobre a condição financeira da família entre os pesquisados no Alto Sertão Sergipano



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

Figura 24 – Renda mensal da família entre os pesquisados no Alto Sertão Sergipano

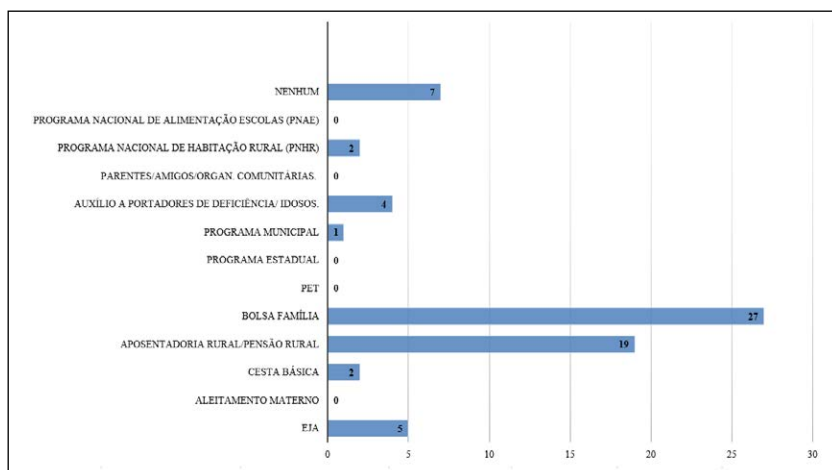


Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

A dita condição demonstra que a renda familiar provém de mais de uma fonte, pois enquanto o gestor trabalha na unidade, seus filhos e esposas podem estar labutando em outras funções, inclusive urbana. Além disso, o agricultor respalda sua resposta no fato de que conseguem ir à feira toda semana e na condição de adquirir o que a família necessita. Apesar que, 20% ainda não se colocam numa situação considerável, pois apresentam diversas demandas advindas principalmente da condição de saúde, mas informam que vivem como dá, sempre tendo a ajuda de familiares e vizinhos e, assim, agradecem a Deus o dom da vida.

5 - Em relação ao acesso às políticas públicas, 7 entre os questionados informaram não serem beneficiários de nenhum tipo, ao passo que outros acessaram mais de uma condição, inclusive com viés educacional (8,3%), buscando ter maior conhecimento dos seus espaços-tempo a partir da Educação de jovens e Adultos (EJA), para poder saber ler e escrever, conforme relatado. Entretanto, entre os questionados foi evidente o acesso e contribuição dada pelo programa Bolsa Família e a aposentadoria rural, que beneficiavam respectivamente, 45% e 32% do total pesquisado (Figura 25). Muitos familiares relataram que o Bolsa Família se faz importante no suprir das unidades com alimentos, vestimentas e materiais escolares para os filhos. Contudo, atestou-se inclusive que os dois últimos benefícios contribuíam diretamente para melhorias nas residências e, também, na geração de bem estar social, ao garantir itens antes almejados, mas dificilmente alcançados. Apesar disso, somente 22% dos em idade de trabalho informaram que contribuíam junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a fim de garantirem a previdência social.

Figura 25 – Acesso a programas sociais pelas famílias pesquisadas no Alto Sertão Sergipano



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

6 - Quanto a existência de equipamentos nas comunidades, os entrevistados notificaram que nas comunidades tinham associação de moradores (51,6%), escola (28,3%), posto de saúde (25%), posto de transporte (5%), além de outras infraestruturas, como poço comunitário (3,3%).

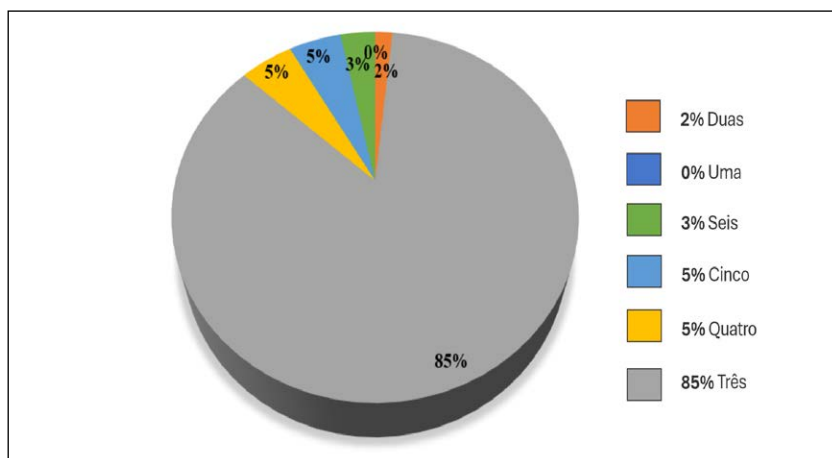
Em relação ao acesso à educação para os filhos, 27% informaram que sua comunidade oferta, ao passo que 68% precisam se deslocar para as sedes municipais, em função do reordenamento na oferta da Educação Municipal, por ano. Por essa conjuntura, muitos pais advertiram que a escola até existia no local, mas foi fechada, isto é, passou por nucleação em função da falta de alunos para a oferta sem multisseriação, conforme respaldado pela gestão local de Poço Redondo. Esse fato tem sido preocupante para diversos pais (23,3%), pois obrigam os filhos a acordarem muito cedo e, conseqüentemente, precisarem enfrentar muito tempo nas estradas para chegar à escola. Ao passo que entre os

que tem filhos estudando, sobretudo nas suas respectivas comunidades, acham que a educação ofertada é majoritariamente boa (55%), seguidos de excelente (6,6%), ruim (5%) e péssima (1,6%), desconsiderando também os que não emitiram opinião por não mais demandarem por educação.

Quanto à condição de saúde, 80% informaram ter atendimento médico periódico, na condição do serviço público, mas 25% também atestaram buscar serviços particulares, em função do problema de saúde apresentado. Os questionados também declararam que os membros fazem exames periódicos (78,3%), normalmente na rede pública (65%), sendo que entre 53,3% das unidades apresentam algum membro com algum tipo de problema crônico ou adquirido, a exemplo de pressão alta, diabetes, ansiedade, que demandam medicamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) (40%).

7 - Em termos alimentares, os questionados apontaram que os alimentos disponíveis em sua residência são em quantidade suficiente (95%), ao tempo que 5% informam passar dificuldades nesse sentido, sobretudo pela carestia e pela falta de dinheiro para comprar, tendo preocupação em não ter o que comer. Diante desse cenário, os questionados relataram realizar de duas a seis refeições dia (Figura 26), sendo considerada uma alimentação variada por 75% dos entrevistados, que adquire produtos especialmente nas feiras-livres (90%) e supermercados (88,3%), mas também conta com aquilo que é produzido na roça (41,6%) e vendas locais (6,6%).

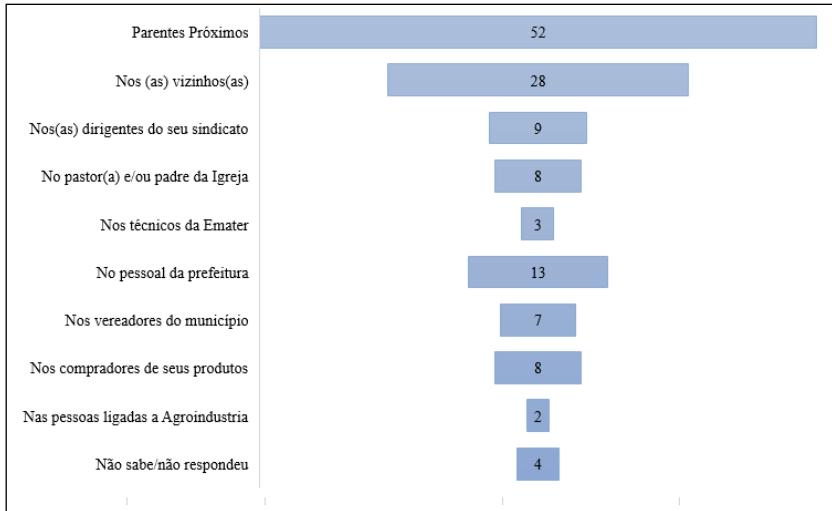
Figura 26 – Número de refeições realizadas diariamente nas unidades produtivas do Alto Sertão Sergipano



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

8 - Em relação a confiabilidade, os questionados refletiram que a condição familiar se faz essencial, sendo para 86,6% em quem mais confiam; seguidos de vizinhos (46,6%), do funcionalismo da prefeitura (21,6%), dos dirigentes sindicais (15%), entre outros (Figura 27). Nesse item, adentra-se, também, o fato de 40% dos questionados participarem de organizações sociais, locais, tipo associação de moradores, sindicato rural e cooperativas.

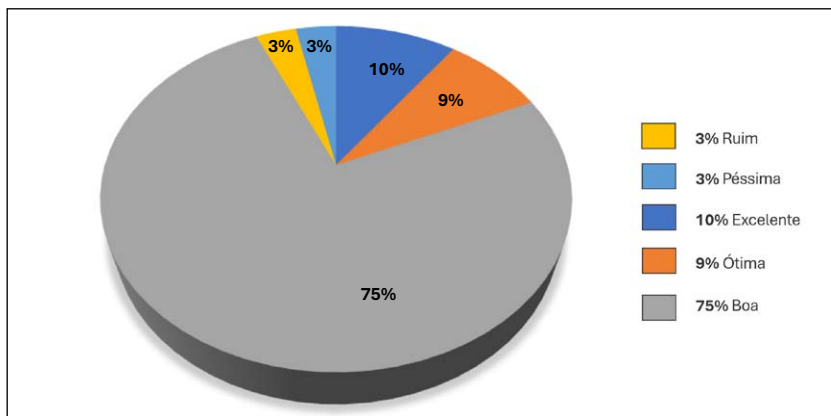
Figura 27 – Grau de confiabilidade por segmentos entre os gestores das unidades produtivas do Alto Sertão Sergipano



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

9 - Condição de vida: questionados de que forma avaliavam essa condição, 94% relataram que ficava entre excelente e boa, ao passo que 6% a refletiam como ruim e péssima (Figura 28). Mesmo diante desses dados, a maioria dos questionados apontaram que poderia ser bem melhor desde que tivessem saúde, força para trabalhar e infraestruturas locais que suprissem a falta de água, sobretudo. Por isso, quando pensam no futuro dos filhos, imaginam encaminhá-los para atividades diferentes da deles (63,3%), no sentido da agropecuária, fazendo-se muito mais pertinente e menos sofrida que a desses atores sociais.

Figura 28 – Grau de satisfação quanto a condição de vida no Alto Sertão Sergipano



Fonte: Trabalho de Campo no Alto Sertão Sergipano (2024-2026).

As análises aqui estabelecidas dimensionam que mesmo diante de todas as problemáticas socioespaciais existentes no Alto Sertão Sergipano, os entrevistados mantêm laços culturais e de proximidades com seu referido local de origem, ficando difícil visibilizar perspectivas de saída deles do campo. Contudo, também foi atestado que a condição de pobreza ainda se faz presente, não mais como em décadas atrás, cujas condições edafoclimáticas era determinantes.

Todavia, na atualidade, as políticas públicas são acessíveis e promotoras de melhorias, apesar de ainda não serem universalizadas junto a quem realmente precisa, por este fator há inúmeros sertanejos em situações indignas de sobrevivência, apesar de lutarem pela condição do trabalho, mas que por vezes, são minados pela condição de doenças que chegam. Deste modo, é necessário avaliar as formas pelas quais as instituições estatais estão conseguindo chegar a quem por direito seria devido, revisar condições postas e repensar a condição da água como meio de gerar bem estar social e potencializar a condição de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises estabelecidas no presente trabalho asseveraram a pobreza rural como uma condição que só pode ser lida de modo multidimensional, já a percepção acerca de renda (econômica) não corresponde às especificidades que existem na realidade vivida. Sendo assim, o espaço rural do Alto Sertão Sergipano foi escolhido como foco por apresentar uma variedade de condicionantes que dimensionam a pobreza rural de forma múltipla, sobretudo quando se visualiza as mudanças que esse território tem passado nas últimas décadas, motivadas pela conjuntura produtiva do leite e seus fatores alicerçantes.

Neste contexto, analisou-se a pobreza rural no Alto Sertão Sergipano a partir de seu processo de formação territorial, que assim como o de todo o território brasileiro, em especial o nordestino, foi assinalado por desigualdades que são estruturais, demarcadas na concentração fundiária e na sujeição econômico-produtiva de interesses externos. Nesse sentido, observou-se no espaço rural sergipano contradições expressivas de um desenvolvimento desigual e combinado, que caracteriza ainda hoje o contexto nacional.

Por essa lógica, compreende-se o espaço geográfico como um produto social, fundamentado na interação entre diferentes atores socioeconômicos, que no decorrer do tempo histórico foi produzindo diferentes assimetrias no território. Aspecto que é definido na permanência da pobreza rural, não só por limitações econômicas, mas pela reprodução de estruturas excludentes, que ainda dificultam o acesso à terra, aos recursos produtivos e às políticas públicas. Deste modo, a pobreza se reflete em múltiplas

privações, que vão da insuficiência de renda à privações no acesso a serviços como educação, saúde, infraestrutura e assistência técnica.

No prisma da multidimensionalidade de fatores que referendam a pobreza rural, foram trabalhadas temáticas como constituição social da família, infraestruturas agrárias referentes a terra, a tecnologias, a condição produtiva geradora de renda e a sustentabilidade socioambiental, assim como, bem estar social, com acesso à educação, saúde e políticas públicas socioprodutivas, que vislumbressem a qualidade de vida entre os 60 questionados entrevistados. Nesse rol metodológico, considerou-se diálogos estabelecidos com entes institucionais que dialogaram sobre o sentido da pobreza rural e conseqüentemente as ações que vinham sendo desenvolvidas nas esferas locais, estadual e federal.

O referido entendimento se comunica com as abordagens contemporâneas do desenvolvimento, sobretudo com as de Sen (2000), que ressaltam a necessidade de liberdades sociais e individuais na seleção de elementos que supram as desigualdades. No contexto do Alto Sertão Sergipano, essa abordagem evidencia a coexistência de avanços pontuais, sobretudo no sentido produtivo; mas também, fragilidades que são estruturais, que demandam intervenções estatais articuladas entre as esferas de poder e abrangentes no sentido de atender questões que ainda se fazem clientelistas, como acesso à água.

Quanto às dinâmicas produtivas do território, valida-se que a agricultura familiar apresenta organização socioeconômica, mesmo em meio a dificuldades limitantes, que contribuem para a geração de renda, segurança alimentar e manutenção da população no campo nesse território. Neste caso, a cadeia produtiva do leite se define como importante dinamizadora econômica regional, ao estimular outras cadeias produtivas integradas, a

exemplo do milho. Todavia, a atividade leiteira ainda enfrenta limitações quanto à baixa agregação de valor; à dependência de intermediários, principalmente das agroindústrias que definem o valor a ser repassado; e à insuficiência de políticas de apoio, desde financeira à assistência técnica.

Outrossim, sem determinismos, as condições edafoclimáticas no semiárido sergipano é outra condição que impacta a condição produtiva e geram vulnerabilidade junto às populações rurais. A condição de secas comuns a no mínimo sete meses anuais no território, e quando da chuva, com condições irregulares em termos de distribuição espacial, acabam por impor desafios à produção agrícola e à reprodução social dos agricultores familiares e suas comunidades. Esses desafios vêm sendo minimizados com tecnologias de cunho social, implementadas pelo Estado, a partir de programas que instalam sistemas para captação e armazenamento de água a partir das chuvas, como o programa Cisternas. A referida ação tem sido um importante estímulo à manutenção do sertanejo no campo, mas precisa ter maior efetividade, sobretudo quando se referenda a ausência de água, estando às margens do rio de integração nacional, o Rio São Francisco.

Neste quesito, é visível que as políticas públicas implementadas e executadas nas últimas décadas exerceram papel significativo na mitigação de condições da pobreza rural, notadamente através de programas de transferência de renda, como Bolsa Família; e de estímulo à agricultura familiar, como o Pronaf. Porém, muitas dessas políticas ainda não cumprem uma real função na modificação das estruturas sociais vigentes, pois agregam caráter compensatório, aliviando as privações vividas, mas sem estratégias firmes para a promoção do desenvolvimento real. Isso porque não valorizam as liberdades e nem valorizam os saberes locais, que ainda primam por práticas de cunho agroecológi-

co mais sustentáveis e lutas contra a dependência totalizadora mantidas junto as agroindústrias. Em outra linha, o fortalecimento de redes de cooperação e organização social no campo, poderia diminuir a dependência em relação aos intermediários, possibilitando a construção de alternativas econômicas de forma autônoma e, assim, ser possível acessar mercados.

Diante dessas prerrogativas, para almejar o desenvolvimento territorial esperado junto ao Alto Sertão Sergipano, precisa-se estimular a condição participativa da sociedade, naquilo que eles acreditam e produzem, como forma de gerar resultados positivos, que respaldem qualidade de vida. Destaca-se isso, pois as desigualdades territoriais existentes não podem ser analisadas de forma isolada e dissociada dos fundamentos do capitalismo contemporâneo, que reforça processos de concentração de renda e de exclusão social, aqui visualizado na condição produtiva do leite e produtos demandados pela pecuária. Desse modo, o enfrentamento da pobreza rural exige não apenas políticas locais, mas mudanças estruturais advindas de todas as esferas, que promovam a inclusão social, a justiça territorial e a sustentabilidade, articulando dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais.

Por tudo isso, conclui-se que para enfrentar a pobreza, não só rural, se faz necessário minar gargalos de cunho multidimensional, que se expõem na condição produtiva, e também nos rebatimentos sociais, como falta ou dificuldade de acesso à educação, à saúde e, mesmo, às políticas sociais e estruturais. Nessa lógica, a construção de um viés desenvolvimentista no território requer ações estruturantes que rompam com as contradições históricas persistentes, democratizando recursos, valorizando potencialidades locais e ampliando as capacidades dos indivíduos, promovendo assim, as transformações que o espaço rural do Alto Sertão Sergipano requer de fato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. “Por uma política nacional de desenvolvimento regional”. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, v.30, n.2, abr-jun 1999. Disponível em < <https://share.google/sJyTUOA-JPWmz5z9Y2>>. Acesso em 05 jan. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.789 de 2023**. Institui o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste para o período de 2024 a 2027. DF, 2023. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/ato_2023_2026/2023/pl/pl-5789.htm>. Acesso em 06 jan. 2025.

BUAINAIN, A. M. et. al. **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012.

BUARQUE, Sérgio. Reflexões e Recomendações sobre Estratégias de Combate à Pobreza. In: MIRANDA, C.; COSTA, C. (Orgs.). **Reflexões e Recomendações sobre Estratégias de Combate à Pobreza**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2006.

CARLOS, Ana Fani A. **Novos caminhos da geografia**. SP: 2001.

CASTRO, J. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. SP: Ed. Todavia. 2022.

CIDES. **Saúde Em Monitoramento**. Aracaju, 2026. Disponível em < <https://saude-em-monitoramento.vercel.app/sobre>>. Acesso em 31 mar. 2026.

DATASUS. **Morbidade Hospitalar do SUS - por local de residência - Brasil**. DF, 2025. Disponível em < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tab-gi.exe?sih/cnv/nrbr.def>>. Acesso em 31 mar. 2026.

EMBRAPA. **Observatório das Mulheres Rurais do Brasil**. DF: 2022. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/observatorio-das-mulheres-rurais-do-brasil>>. Acesso em 07 jan. 2026.

EMBRAPA. **Mitigação das emissões de Gases de Efeitos Estufa pela adoção das tecnologias do Plano ABC: estimativas parciais**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2020. Disponível em: < <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1123612/1/Manzatto-emissoes-gases-2020.pdf>>. Acesso em 14 out. 2025.

EMDAGRO. **Sergipe registra maior crescimento da produção de leite no Nordeste, aponta BNB**. Aracaju: 15 de abril de 2025. Disponível em < https://emdagro.se.gov.br/sergipe-registra-maior-crescimento-da-producao-de-leite-no-nordeste-aponta-bnb/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 25/12/2024.

FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **Obra Autobiográfica**. 1ª Ed. SP: Companhia das Letras, 2014.

IBGE. **Censo Demográfico**. RJ: 2022. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial> >. Acesso em 22 abr. 2025.

IBGE. **Censo Agropecuário**. RJ: 2017. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos> >. Acesso em 22 abr. 2025.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. RJ: 2017. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=2804201>>. Acesso em 22 abr. 2025.

IBGE. **Cidades**. RJ: 2024. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 22 abr. 2025.

IBGE. **Tabela 4714** - População Residente, Área territorial e Densidade demográfica. RJ: 2022. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4714#resultado>>. Acesso em 02 jan. 2026.

IBGE. **Tabela 6881** - Número de estabelecimentos agropecuários com área e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, utilização das terras, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica e origem da orientação técnica recebida. RJ:

2017. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6881#resultado> >. Acesso em 05 jan. 2026.

IBGE. Tabela 6880 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, tipo de prática agrícola e grupos de área total. RJ: 2017. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6881#resultado> >. Acesso em 05 jan. 2026.

IBGE. Tabela 6878 - Número de estabelecimentos agropecuários e Área dos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, grupos de atividade econômica, sexo do produtor, classe de idade do produtor e condição do produtor em relação às terras. RJ: 2017. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6878#resultado> >. Acesso em 05 jan. 2026.

IBGE. Tabela 6912 - Número de estabelecimentos agropecuários que produziram leite de vaca, Vacas ordenhadas nos estabelecimentos agropecuários, Quantidade produzida de leite de vaca, Valor da produção de leite de vaca, Número de estabelecimentos agropecuários que venderam leite de vaca cru, Quantidade vendida de leite de vaca cru e Valor da venda de leite de vaca cru, por tipologia, condição do produtor em relação às terras e grupos de cabeças de bovinos. RJ: 2017. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6912#resultado> >. Acesso em 05 jan. 2026.

BGE. Tabela 1749 - Efetivo da pecuária nos estabelecimentos agropecuários, com agricultura familiar e não familiar, em 31/12 por espécie de efetivo, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total - (MDA). RJ: 2006. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6912#resultado> >. Acesso em 05 jan. 2026.

IBGE. Tabela 6779 - Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, origem da orientação técnica recebida, sexo do produtor, condição do produtor em relação às terras, classe de idade do produtor e escolaridade do produtor. RJ: 2017. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6779#resultado> >. Acesso em 05 jan. 2026.

INCRA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. DF: 03/06/2025. Disponível em < <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf> >. Acesso em 09 jan. 2026.

INEP. **Estatística da Educação Básica**. DF: 2020. Disponível em <<https://anonymousdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal>>. Acesso em 10 abr. 2026.

IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>>. Acesso em 25 dez. 2024.

HELFAND, S. M. e PEREIRA, V. da F. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: BUAINAIN, A. M. et. al. (Orgs). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012.

LACERDA, F. C. Significados da pobreza na sociedade contemporânea. In: BUAINAIN, A. M. et al. (Orgs). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012.

LEFEBVRE, H. **A produção do Espaço**. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.

MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 1979.

MARTINS, J. de S. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MDS. **Observatório do Cadastro Único**. DF: 2025. Disponível em <<https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>>. Acesso em 05 nov. 2025.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa: **Pobreza**. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pobreza/>>. Acesso em 09 mar. 2025.

MORAES, A. C. R. **Ratzel**. São Paulo: Ática. 1990.

MPS. **Anuário da Previdência social: Infologo AEPS – Base de Dados da Previdência Social**. DF: 2002-2023. Disponível em <<http://www3.dataprev.gov.br/infologo/inicio.htm>>. Acesso em: 15/01/2025.

MS/DATASUS. **Informações de Saúde**. DF, 2025. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nrbr.def>>. Acesso em 29 mar. 2026.

NASCIMENTO, P. O. do. **Dinâmica territorial e setorial da cadeia produtiva do leite no alto sertão sergipano**. São Cristóvão: PPGE

(Tese de doutorado), 2025. Disponível em < <https://ri.ufs.br/handle/riufs/23859>>. Acesso em: 15/01/2025.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, A. R.; PINTO, J. E. S.; MENDONÇA, F. A. A desertificação no Alto Sertão de Sergipe/Brasil: abordagem na perspectiva das vulnerabilidades socioambientais. **Investigaciones Geográficas**. Chile, 2016. Disponível em <<https://share.google/EwJ1OqfENGOrcXqLf>>. Acesso em 03 maio de 2026.

PNAD/IBGE. **Tabela 9552** - Domicílios e moradores, por situação do domicílio e situação de segurança alimentar existente no domicílio. DF: 2024. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9552>>. Acesso em: 24/12/2024.

PNAD/IBGE. **Tabela 6737** - Domicílios e Moradores com energia elétrica, por situação do domicílio e fonte de energia elétrica. DF: 2024. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6737#resultado>>. Acesso em: 05/12/2025.

PNAD/IBGE. **Tabela 6731** - Domicílios e Moradores, por situação do domicílio e principal fonte de abastecimento de água. DF: 2024. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6731>>. Acesso em: 05/12/2025.

PNAD/IBGE. **Tabela 6733** - Domicílios e Moradores com água canalizada, por situação do domicílio. DF: 2024. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6733>>. Acesso em: 05/12/2025.

PNAD/IBGE. **Tabela 9686** - Domicílios e Moradores, por situação do domicílio e existência de rádio no domicílio. DF: 2024. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6733>>. Acesso em: 25/12/2025.

PNUD BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2022. Disponível em < <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>>. Acesso em 10 jan. 2026.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

QEDUC. **Sergipe**. SP: Fundação Lemann e Meritt. 2023 e 2025. Disponível em <<https://qedu.org.br/uf/28-sergipe>>. Acesso em 11 abr. 2026.

REDENTI, Marcelo Siqueira; MENDES, Flávio da Silva. Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira. **Revista de Educação Pública** (ou Revista Pós Ciências Sociais), São Paulo: PUC-SP, v. 9, n. 17, p. 195-212, jan./jun. 2012. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/43986>>. Acesso em 20 fev. 2025.

ROCHA, R. **Minidicionário**. São Paulo: Editora Scipione, 1996.

ROLIM, C. ; ANDRADE, J. R. L. ; SANTANA, J. R. ; MELO, R. O. L. . Construção de indicadores de pobreza: aplicação do índice de pobreza humana municipal no estado de Sergipe. In: MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de; HANSEN, Dean Lee. (Org.). **Ensaio econômico: conceitos e impasses do desenvolvimento regional**. São Cristóvão; Aracaju: Editora UFS; Fundação Oviêdo Teixeira, 2009, v. 1.

SANTOS, A. F.; ANDRADE, J. A. **Delimitação e regionalização do Brasil semi-árido**. Aracaju/SE: UFS, 1992.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. Apresentação. In: CASTRO, J. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. SP: Ed. Todavia. 2022.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEMMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas de Sergipe. **Relatório de gestão dos recursos hídricos do Estado de Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 2025.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAN/Observatório de Sergipe. **Alto Sertão Sergipano**. 2022. Disponível em < <https://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=sP5E4gKWZF-gHE4ONyohesY2GihLszcPi>>. Acesso em 23 abr. 2025.

SEPLAN/Observatório de Sergipe. **Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios sergipanos referentes aos anos de 2022 e 2023**. Aracaju: 2025. Disponível em < <https://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=ZbarEcSaENIAGL6i91GQDrZRuohLL5XC>>. Acesso em 12 fev. 2026.

SERGIPE. Decreto Estadual Nº 24.338, de 20 de abril de 2007. Disponível em < <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://legison.pge.se.gov.br/uploads/atos/22918/MjAvMDQvMjAwN18yNC4zMzg=.pdf>>. Acesso em: 29/11/2025.

SEMMA/S.I.M/Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória. **Processamento de leite no município de Nossa senhora da Glória-SE**. Nossa Senhora da Glória: abril de 2025.

SILVA, C. A. F. da; et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

SILVA, E. M. da. **Recortes da História e da Cultura de Porto da Folha**. Porto da Folha: AG Gráfica, 2024.

SOBRINHOS, J. M. dos P. e LACERDA, R. O. de Melo. **Breve histórico da indústria sergipana**. S/A. Disponível em < https://www.abphe.org.br/arquivos/josue-m-passos-subrinho_ricardo-o-lacerda-de-melo.pdf>. Acesso em 22 abr. 2025.

ISBN 978-858413776-3



9

788584

137763



FAPITEC|SE

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SERGIPE

DGEI

Departamento
de Geografia
de Itabaiana



GEPRU

GRUPO DE PESQUISA SOBRE
TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL

